



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 35 - Nº 682 - DE 12 A 25 DE FEVEREIRO DE 2023 - R\$ 5,00

## Guerra na Ucrânia



### **Lula vai ao encontro de Biden**

**Estados Unidos querem que o Brasil se alinhe ao bloco imperialista**

**A classe operária e os demais trabalhadores brasileiros devem se colocar contra qualquer apoio do Brasil à escalada militar dos Estados Unidos e aliados**

**SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA UNIDA E EM LUTA PODE IMPOR O FIM À GUERRA NA UCRÂNIA E ESTABELEECER UMA PAZ SEM ANEXAÇÃO**

**Toda força à campanha internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra de dominação**

**Realizada a Conferência Regional Sudeste/Sul do POR  
LUTEMOS PELA SUPERAÇÃO DA CRISE DE DIREÇÃO**

**Lênin e a Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia**

## Brasil e a guerra na Ucrânia

O encontro de Lula com Biden consta de um ponto fundamental, que é a exigência dos Estados Unidos para que o Brasil se alinhe à coalizão, portanto, à OTAN, em seu esforço de guerra contra a Rússia, que se trava em solo ucraniano. A posição de neutralidade aspirada pelo governo recém-empossado e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) será questionada na reunião que ocorrerá na Casa Branca.

A recente visita do chanceler alemão, Olaf Scholz, ao Brasil, objetivou discutir com Lula o envio de munições para os tanques Leopard, e, evidentemente, um alinhamento à coligação imperialista chefiada pelos Estados Unidos. A notícia de que Lula não teria atendido à solicitação de Scholz veio acompanhada da informação de que o governo brasileiro tenderia à neutralidade e à posição de servir de intermediador entre as partes em conflito.

Mas, o chanceler alemão conseguiu de Lula uma mudança de versão quanto aos fatos. Anteriormente, o petista havia, de certa forma, justificado a invasão da Ucrânia pela Rússia, em função do cerco sofrido pela OTAN. Agora, o presidente brasileiro muda a versão desresponsabilizando os Estados Unidos e a sua coalizão europeia. É com essa nova fisionomia que Lula ouvirá de Biden a proposição de alinhar o Brasil por detrás das forças imperialistas que fizeram da Ucrânia bucha de canhão.

É bem provável que seja verdadeira a notícia de que será oferecida ao governo brasileiro a proposta de ativar as relações comerciais em torno à indústria militar e à produção de produtos de alta tecnologia, atando o Brasil às cadeias de produção avançada, controladas pelos monopólios norte-americanos, como é o caso dos semicondutores. A Base de Alcântara, que passou a ser utilizada pelos Estados Unidos, ainda é uma incógnita no jogo de pressões, que envolve a guerra comercial da América do Norte contra a China e o novo impulso à escalada militar dado sob as condições da guerra na Ucrânia.

Pouco antes do encontro de Lula com Biden, um caça derrubou um balão chinês que sobrevoava o território norte-americano. Segundo as autoridades chinesas, o artefato havia perdido a rota. O secretário de Estado americano, Antony Blinken, cancelou uma viagem à China, e Biden propagandeou a ideia de que os Estados Unidos sofreram uma violação de sua soberania. Esse episódio evidencia o agravamento da guerra comercial travada pelo Estado norte-americano contra o avanço chinês em conquistar espaço no mercado mundial.

A penetração dos produtos chineses na América Latina e o crescimento da dependência do agronegócio e commodities minerais em relação à China vêm provocando reações dos Estados Unidos e da União Europeia. É nas condições de recrudescimento da guerra comercial e de potenciação da escalada militar impulsionada com a guerra na Ucrânia que Lula enfrentará a crise econômica,

que vem abalando a estabilidade política no Brasil. Nota-se o quanto a decomposição do capitalismo mundial tem afetado profundamente a América Latina e o Brasil, que detém um terço de seu Produto Interno Bruto (PIB).

O prolongamento da guerra na Ucrânia e a ampliação do cerco econômico à China tendem a destroçar ainda mais as relações mundiais. Eis por que se torna mais visível o espectro de uma pré-guerra mundial. A peregrinação do presidente da Ucrânia pelos parlamentos europeus, exortando um volume maior de armas avançadas, segue a estratégia do Pentágono de prolongar a guerra ao ponto de esgotar as forças da Rússia, que, no momento, retomaram a iniciativa na região de Donbass, antecipando à chegada dos tanques de guerra alemães e ingleses.

A Alemanha acabou cedendo às pressões dos Estados Unidos para que enviasse os tanques Leopard. O próximo passo será o envio de caças. O que tornará a intervenção da OTAN mais direta, e mais propensa a tornar a guerra mais ampla, podendo ultrapassar os marcos da Ucrânia. É sintomático que o presidente da França tenha declarado que o fornecimento de caças é possível. Até pouco tempo, a recusa ao pedido de Zelensky se devia ao risco de a OTAN se envolver diretamente no conflito e abrir caminho para um enfrentamento aberto com a Rússia.

A guerra completará um ano em 24 de fevereiro. Tudo indica que a reconquista pelas forças russas de parte significativa de Donbass não resultará em fim do confronto. Novas sanções econômicas à Rússia anunciadas pela Comissão Europeia e maior aparelhamento militar das Forças Armadas da Ucrânia correspondem à escalada bélica em pleno vapor.

O governo de Lula está diante desse quadro de crescente barbárie capitalista. Poderá manobrar por um tempo sob a diretriz da neutralidade, mas, diante de um maior agravamento do choque bélico, se verá pressionado por poderosos setores da burguesia nacional e pelos generais a se alinhar por detrás dos Estados Unidos e do seu bloco europeu. O primeiro sinal foi o de condenar a Rússia e livrar o imperialismo de responsabilidade, quando, de fato, as potências têm transformado a Ucrânia em bucha de canhão, para atingir objetivos expansionistas e anexacionistas. Não poderíamos esperar outra conduta de Lula e do PT, que encarnaram plenamente a política burguesa de dominação dos explorados. Inevitavelmente, caminharão para posições pró-imperialistas.

A luta da vanguarda com consciência de classe é de unir o proletariado sob a bandeira de fim da guerra e por uma paz sem anexação, que garantam o desmonte do cerco da OTAN à Rússia, imponham a autodeterminação da Ucrânia, interrompam a escalada militar e obstaculizem o curso de uma conflagração generalizada. Esse combate somente pode se dar sob o programa da revolução e do internacionalismo proletário. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) chama a vanguarda revolucionária a combater nesse terreno de classe.

## Política externa de Lula

A avaliação geral de setores da própria burguesia é de que, com a saída de Bolsonaro do comando do Estado, a política externa do Brasil será arejada e menos restritiva. Lula já havia dado demonstrações em seus dois mandatos de que soube se conduzir bem nas relações “multilaterais”. Em outras palavras, se equilibrou entre as pressões da guerra comercial e dos decorrentes conflitos militares. Serviu aos Estados Unidos, sem que se alinhasse completamente às ordens da Casa Branca.

Um dos aspectos que ressaltou em sua administração foi o empenho para manter o Mercosul, atingido pela crise econômica do final dos anos de 1990. Há o reconhecimento da importância das diretrizes de Lula,

voltadas a impulsionar o Mercosul, entre 2004 e 2006, realizando a União Aduaneira. Sob o governo de Bolsonaro, a zona de livre comércio da América do Sul se estagnou e praticamente se paralisou. Eis por que a primeira atitude tomada pelo novo Presidente foi a de procurar reativar o Mercosul.

Logo se observou, porém, que as facilidades econômico-financeiras de quando Lula governou já não mais existem. A economia mundial se encontra abalada pelos anos de Pandemia e pela guerra da Ucrânia, que completará um ano em 24 de fevereiro, sem que se vislumbre no horizonte uma solução.

Internamente, ministros de Lula reconhecem que herdaram um Orçamento em frangalho. Foi necessário que Lula fizesse um acordo com os partidos do Centrão em torno ao Orçamento Secreto e ao Teto dos Gastos, para poder iniciar o seu governo e cumprir minimamente a promessa de campanha eleitoral de garantir o Bolsa Família de R\$ 600,00, ter uma reserva para reativar centenas de obras paradas e cumprir gastos já previstos.

A dívida pública bruta de R\$ 7,224 trilhões, ou seja 73,5% do PIB, continuará a restringir enormemente a capacidade de investimento do Tesouro Nacional, que arca com um gigantesco montante de juros de 5,3% do PIB. As margens apertadas do Orçamento e as dificuldades em reverter as tendências à estagnação do crescimento e à recessão econômica colocarão o governo de Lula em posição de fragilidade diante das forças desintegradoras da economia mundial, cujos impactos na América Latina já são grandes e podem aumentar ainda mais.

De forma que a orientação de reerguer o Mercosul - e colocá-lo em um patamar voltado à ampliação de acordos com

a União Europeia e em reequacionar as relações comerciais com a China - não se baseia em fatores objetivos favoráveis. Se o Brasil e Argentina não derem um importante impulso em suas economias no ano que adentra, dificilmente o governo de Lula poderá se firmar com relativa independência

diante das pressões dos Estados Unidos, que necessitam manter a guerra na Ucrânia e tirar o máximo de proveito de suas duras consequências que recaem sobre a Europa, e, nesse mesmo sentido, estreitar o máximo possível a expansão comercial da China na América Latina e África.

Não por acaso, um dos problemas que mais se ressaltaram no encontro do Mercosul é o da contínua ameaça do Uruguai de romper com

as normas comuns de não se realizar acordos bilaterais. O governo do país vizinho vê maior vantagem em não seguir a Tarifa Externa Comum (TEC), que Bolsonaro já havia golpeado por decisão unilateral. Os Estados Unidos têm interesse que o Mercosul seja um obstáculo ao avanço dos produtos chineses mais competitivos, mas, ao mesmo tempo, necessitam que os Estados latino-americanos continuem perfilados a seus interesses imperialistas.

As discussões na cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) não foram promissoras. Essa organização nasceu para fazer frente a Organização dos Estados Americanos (OEA), controlado pelos Estados Unidos. O nacionalismo burguês latino-americano se mostrou impotente para erguer relações protecionistas capazes de reagir às pressões do imperialismo.

A crise mundial, cuja nova etapa se instaurou em 2008, desde os Estados Unidos, impossibilitou que organizações protecionistas típicas das semicolônias, como Mercosul e Celac, ganhassem estatura e potenciassem as forças produtivas na América Latina. O mais provável é que as esperanças de que com a eleição de Lula o Mercosul se reestruturasse no sentido favorável à reativação econômica se frustrem em curto espaço de tempo.

Nesse marco, destacou-se a visita ao Brasil do chanceler alemão Olaf Scholz. Não houve sentido o clamor de que Lula não tem interesse em levar o Brasil a se integrar à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), surgida após a Segunda Guerra Mundial, sob a égide dos Estados Unidos, reunindo as potências. O objetivo de Scholz foi o de discutir com Lula a guerra na Ucrânia e a retomada da política ambiental.

O chanceler alemão não conseguiu do Brasil o compro-



misso de participar do esforço militar de ajuda ao governo ucraniano. Mas, não deixou de ser importante a declaração de Lula de que, depois de eleito, passou a ver com outros olhos a responsabilidade da Rússia por ter iniciado a guerra. Assim, o caudilho petista se colocou politicamente no campo do imperialismo norte-americano e dos aliados europeus.

Os 100 milhões de euros “doados” pela Alemanha, para que Lula dê partida à política ambiental, condizente com os interesses das potências, também sob a orientação dos

*[...] Está nítido que Lula inicia o seu governo sob a pressão dos Estados Unidos e das potências europeias para se alinhar em torno às diretrizes imperialistas, diante da decomposição do capitalismo mundial, do recrudescimento das disputas comerciais, da necessidade de controle de áreas naturais e da escalada militar, que vem sendo impulsionada sobretudo com o cerco da OTAN à Rússia, à guerra na Ucrânia e à ofensiva norte-americana contra a China.*

Estados Unidos, desenvolvida pelo governo Joe Biden, tão somente evidenciaram a questão estratégica dos recursos naturais para as multinacionais e para os Estados imperialistas.

O cerco à Rússia pela OTAN, a guerra que se desencadeou na Ucrânia e os perigos de se extrapolar para a Europa envolvem precisamente as riquezas naturais da região e o controle das redes de fornecimento de matérias-primas.

A Amazônia sempre foi motivo de discussão que envolve a soberania do Brasil, e, certamente, dos demais países que dela fazem parte. Sob a máscara da “economia verde”, da “preservação do ecossistema”, do “desenvolvimento sustentável” e da “democracia”, estão os cálculos econômicos dos monopólios, do capital financeiro e dos objetivos dos Estados que oprimem e saqueiam as semicolônias e continentes inteiros.

A preparação da “visita” de Lula a Biden apresenta os mesmos sinais que se refletiram na “visita” de Scholz ao Brasil. Biden apoiou a eleição de Lula contra Bolsonaro, que desde sempre esteve alinhado com Donald Trump. Ocorre que a ultradireita econômica, política e militar, que amparou o governo bolsonarista, apresentou traços nacionalistas, principalmente em relação à Amazônia, que Lula há muito deixou para trás, apesar do palavreado sobre a soberania nacional.

Está nítido que Lula inicia o seu governo sob a pressão dos Estados Unidos e das potências europeias para se alinhar em torno às diretrizes imperialistas, diante da decomposição do capitalismo mundial, do recrudescimento das disputas comerciais, da necessidade de controle de áreas naturais e da escalada militar, que vem sendo impulsionada sobretudo com o cerco da OTAN à Rússia, à guerra na Ucrânia e à ofensiva norte-americana contra a China. Essas condições objetivas da crise estrutural do capitalismo estiveram na base da derrocada do governo Bolsonaro e ascensão de Lula. O novo governo que se constituiu em oposição à ultradireita assumiu a fisionomia claramente pró-imperialista.

O essencial dessa compreensão está em que a vanguarda com consciência de classe tem pela frente a dura e difícil tarefa de combater no seio dos explorados por sua independência de classe, por seu programa próprio e pela estratégia da revolução social.

## Governo Lula diante da dívida pública

Um verdadeiro cabo de guerra se armou entre o novo governo e o Banco Central. A manutenção da taxa básica de juros (Selic), determinada pelo seu presidente Roberto Campos Neto, em 13,75%, desencadeou uma reação de Lula e dos ministros petistas. Reconhece-se que é uma das taxas mais altas do mundo, vindo abaixo do México. São dois países semicoloniais imensos, marcados pelos desequilíbrios econômicos, sujeitos à brutal sangria dos seus Tesouros Nacionais, amordaçados pelo capital parasitário e repletos de miséria e fome.

A autonomia do Banco Central foi um dos presentes do ministro de Bolsonaro, Paulo Guedes, aos banqueiros e especuladores de toda a sorte. Sob a regra de se obter uma “meta inflacionária” pré-determinada, as diretrizes monetárias estabelecidas pelo Banco Central se concentram no objetivo primeiro de proteger o capital financeiro.

A gigantesca dívida pública bruta que atingiu a marca de 73,5% do Produto Interno Bruto (PIB), em valores absolutos R\$ 7,224 trilhões, consome enormes recursos somente em juros. Os banqueiros e grupos de financistas, internos e externos, pressionam constantemente para que o Banco Central continue a remunerar muito bem os seus capitais. A Selic no patamar de 13,15% é um mar de rosas para o capital parasitário.

Uma diretriz monetária que garanta ganhos extraordinários aos portadores dos títulos da dívida pública atinge setores industriais e comerciais, que necessitam de uma Selic baixa. Lula ouviu reclamações que vieram da própria Fiesp. Mas, sobretudo, agravam as discórdias entre as frações capitalistas nas condições em que imperam as tendências à estagnação econômica e à recessão. As taxas de juros muito altas as fortalecem e as impulsionam.

Os banqueiros, por meio de seus influentes porta-vozes, exigem do governo que faça cortes nos gastos da máquina pública, de maneira que sua política fiscal seja o máximo possível restritiva. O que resulta em diminuir a intervenção do Estado na economia.

Se Lula seguir rigorosamente a preponderância da política monetária sobre a fiscal, como assinala as determinações de Roberto Campos, se verá rapidamente diante da quebra de governabilidade. Em última instância, as relações econômicas determinam a estabilidade ou instabilidade dos governos. O destino de Lula será muito pior que o de Bolsonaro se não conseguir, já no primeiro ano de mandato, valer-se da capacidade estatal para amenizar as contradições econômico-sociais, que vêm atingindo o país a partir de 2008 e, sobretudo, da recessão de 2016. Essa é a questão que levou Lula a questionar a permanência do presidente do Banco Central, Roberto Campos, um homem do capital financeiro, colocado em cargo tão estratégico no governo Bolsonaro.

Mas a divisão interburguesa em torno à autonomia do Banco Central expressa tão somente interesses corporativos, que ocultam o fundamental: qualquer que seja a orientação, pendendo mais para um lado ou para o outro das frações capitalistas, a função parasitária da dívida pública não será modificada. Continuará sendo uma trava ao desenvolvimento das forças produtivas e um fator de crise política permanente.

Lula e o PT governaram o País por 14 anos, sem que tocassem em um fio de cabelo do parasitismo que paira sobre o Tesouro Nacional. Ao contrário, Lula se gabou de os banqueiros terem ganhado muito dinheiro em seu governo.

Não somente no Brasil, mas no mundo todo, o alto endividamento dos Estados Nacionais, tendo os Estados Unidos à frente, expõe o predomínio do capital parasitário e, assim, as condições de avançada decomposição do capitalismo. A diferença está em que nos países semicoloniais,

de economia atrasada, a dívida pública e a dívida externa servem de condutor para o saque imperialista, do qual fazem parte os banqueiros nacionais.

A resposta proletária consiste em vincular a dívida pública à defesa da real independência e soberania nacionais. Vinculá-la ao desenvolvimento das forças produtivas e do crescimento econômico, bem como ao combate à miséria e à fome. Cancelar e não pagar uma dívida que já foi paga muitas vezes, e que continua a crescer, é um passo necessário para liberar as forças produtivas da camisa de força do parasitismo. É parte dessa luta, o programa de expropriação e estatização do grande capital, que se realizará pela revolução proletária.

*[...] Lula e o PT governaram o País por 14 anos, sem que tocassem em um fio de cabelo do parasitismo que paira sobre o Tesouro Nacional. Ao contrário, Lula se gabou de os banqueiros terem ganhado muito dinheiro em seu governo.*

*Não somente no Brasil, mas no mundo todo, o alto endividamento dos Estados Nacionais, tendo os Estados Unidos à frente, expõe o predomínio do capital parasitário e, assim, as condições de avançada decomposição do capitalismo. A diferença está em que nos países semicoloniais, de economia atrasada, a dívida pública e a dívida externa servem de condutor para o saque imperialista, do qual fazem parte os banqueiros nacionais.*

**R\$5**

**Lei do desenvolvimento desigual e combinado**

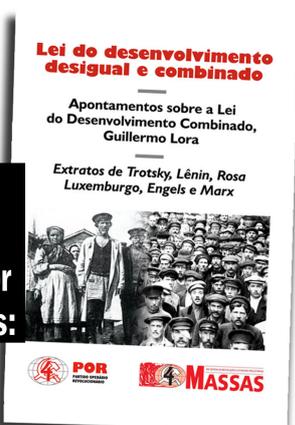
Apontamentos sobre a Lei do Desenvolvimento Combinado, Guillermo Lora

Extratos de Trotsky, Lênin, Rosa Luxemburgo, Engels e Marx

**Adquira com o distribuidor do Massas:**

**POR**

**MASSAS**



Adquira com o distribuidor: **R\$35**

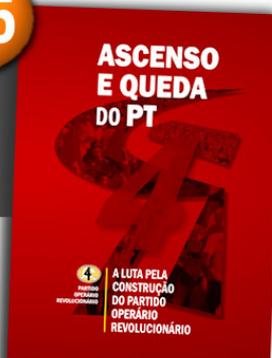
**ASCENSO E QUEDA DO PT**

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

**ASCENSO E QUEDA DO PT**

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO



**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020



# NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

**Ano XIX - Fevereiro de 2023**

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com -- www.pormassas.org

@massas.por -- anchor.fm/por-massas

Boletim Nossa Classe – janeiro de 2023

## Política Operária

### Confiar apenas em nossas próprias forças

O governo Lula está organizado e funcionando. A tentativa de golpe dos bolsonaristas fracassou. A invasão dos Três Poderes mostrou que foi uma aventura. Tudo indica que o perigo de uma nova tentativa golpista está afastado.

A classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida têm pela frente a defesa de seu programa de reivindicações. As demissões, fechamento de fábricas, diminuição do poder de compra dos salários, a miséria e a fome continuam sacrificando a família trabalhadora.

Os capitalistas continuarão a se valer da reforma trabalhista de Temer, para descarregar a crise econômica sobre os explorados. Milhões de brasileiros foram empurrados para a informalidade e o subemprego. A reforma da Previdência de Bolsonaro, por sua vez, continua dificultando a aposentadoria de milhões e condenando a maioria dos aposentados a viver na penúria.

#### Como enfrentar essa barbárie social?

A classe operária não deve acreditar que o governo Lula terá as respostas e atenderá nossas reivindicações. O novo

governo vai governar de acordo com os interesses econômicos dos capitalistas, e não de acordo com as necessidades da maioria explorada. O poder econômico dos banqueiros, dos industriais, dos latifundiários e dos grandes comerciantes impõe o que o governo tem de fazer. A maioria dos trabalhadores elegeu Lula, mas quem está no poder são os exploradores de nosso trabalho e os responsáveis pela pobreza, miséria e fome da maioria.

Eis por que a classe operária e os demais trabalhadores devem confiar somente em suas próprias forças, para se defenderem contra o desemprego, subemprego, baixos salários, destruição de direitos, bem como contra a miséria e a fome. Somente com a organização independente e com a mobilização coletiva, os explorados podem impor aos exploradores e ao seu governo o programa de reivindicações.

*O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a não confiarem no novo governo burguês de Lula. Chama os trabalhadores a confiarem em suas próprias forças coletivas. Chama a confiarem em suas assembleias, em seus comitês de luta, em suas greves, em suas manifestações e em sua unidade de classe oprimida.*

### Defender desde já o programa próprio de reivindicações

Lula e seus ministros deixaram claro que não vão revogar a reforma trabalhista e previdenciária. Deixaram claro que não vão recuperar o poder de compra do salário mínimo. Dizem que não têm condições econômicas. E criam a ilusão de que farão uma “valorização” gradual para os próximos anos. Os camponeses foram avisados pelo ministro latifundiário que a ocupação de terra não será tolerada. Não virá uma verdadeira solução para os milhões de sem-teto. A saúde e a educação continuarão a ser uma fonte de bons negócios para os empresários. É urgente, portanto, que a classe operária, os camponeses e os demais explorados se unam em torno ao programa próprio de reivindicações:

- 1) *por um salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades da família trabalhadora;*
- 2) *por um aumento geral dos salários, para repor as perdas inflacionárias e a alta do custo de vida;*
- 3) *por emprego a todos com carteira assinada, a ser alcançado*

*por meio da redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários, ou seja, pela divisão das horas nacionais entre todos aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho);*

- 4) *estatização sem indenização das fábricas fechadas, e controle operário da produção;*
- 5) *revogação da reforma trabalhista e previdenciária;*
- 6) *fim das privatizações e reestatização das empresas privatizadas, sob o controle operário;*
- 7) *expropriação dos latifúndios e entrega das terras aos camponeses;*
- 8) *implantação de um programa de moradia popular, sob o controle dos trabalhadores;*
- 9) *fim da saúde e educação privadas. Por um sistema único, estatal e gratuito.*

### Ponto de partida da defesa do programa de reivindicações

*Que as Centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente uma primeira manifestação nacional para apresentar ao governo o programa próprio de reivindicações. A defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas encabeça o programa. Faz parte desse ponto de partida a luta pela revogação da reforma trabalhista e previdenciária.*

*O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a exigirem das organizações sindicais e movimentos a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Que as assembleias sejam realizadas e comitês de base sejam constituídos como preparação de um Dia Nacional de Luta em defesa do programa próprio dos explorados.*

## Pela independência dos sindicatos diante do Estado e dos governos

A participação dos dirigentes das centrais sindicais na reunião com o governo Lula mostrou que a independência das organizações sindicais está comprometida. Isso porque se colocaram sob a política de colaboração entre os capitalistas e os trabalhadores. Lula deixou claro que a reunião era para promover a união entre capital e trabalho. O que significa manter a classe operária subordinada aos capitalistas exploradores. E significa colocar os sindicatos a serviço dos patrões, que impõem os baixos salários, demitem livremente, implantam a terceirização e destroem direitos.

Ao contrário, o Boletim Nossa Classe defende a independência da classe operária diante da classe capitalista, do Estado e dos

governos. A recriação do Ministério do Trabalho e a escolha do ex-presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC, Luiz Marinho, não mudarão as relações capitalistas de exploração, que mantêm os explorados na pobreza e miséria. O objetivo é o de subordinar os sindicatos ao governo e barrar as lutas.

*O Boletim Nossa Classe chama os operários e os demais trabalhadores a rejeitarem a política de colaboração de classes das direções sindicais e a subordinação de suas organizações ao Estado e ao governo Lula. Chama a constituir as oposições sindicais classistas, para arrancar os sindicatos do controle da burocracia pró-capitalista e vendida ao patronato.*

## A classe operária tem sua estratégia própria de poder

Por meio das eleições, o governo ultradireitista de Bolsonaro foi substituído pelo governo de centro-direita, comandado por Lula. O próprio presidente afirmou que não será um governo do PT, mas sim de frente ampla. De fato, passam a ocupar importantes Ministérios partidos e representantes da oligarquia capitalista, como MDB, PSD, PDT, PSB e União Brasil. É preciso compreender que, tanto o governo ultradireitista de Bolsonaro quanto o governo de centro-direita de Lula, são governos burgueses, porque defendem a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho. A classe operária tem his-

toricamente sua estratégia própria de poder, que corresponde à luta pela revolução proletária. O governo revolucionário se constituirá da aliança operária e camponesa. Portanto, constituirá um governo operário e camponês. É por essa estratégia própria que o Boletim Nossa Classe luta em defesa do programa próprio de reivindicações.

*O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores e a juventude a fortalecerem o trabalho de construção do Partido Operário Revolucionário, que tem por estratégia a luta por um governo operário e camponês.*

## Os capitalistas não dão trégua

Acaba de ser fechada a fábrica Guararapes, em Fortaleza, e demitidos 2 mil operários. A Avibras, em São José dos Campos, está quebrada, demitiu 420 operários, não paga os salários atrasados e pode fechar. A TI Automotive abriu o PDV. A Dura Automotive impôs o layoff. As Lojas Americanas estão sob recuperação judicial e vão demitir milhares. O Brasil atravessa um processo de desindustrialização, que vem destruindo milhares de postos de trabalho.

*O Boletim Nossa Classe denuncia a passividade das direções sindicais e colaboração com os capitalistas, diante do fechamento de fábricas, demissões e quebra de direitos. Chama a classe operária a se levantar unida em defesa dos empregos, salários e direitos. Defende a bandeira: Fábrica fechada, fábrica ocupada pelos trabalhadores! Estatização sem indenização, sob o controle operário.*

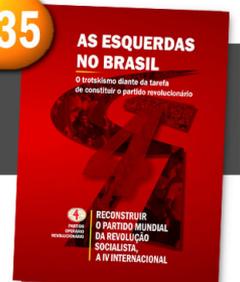
## Pelo fim da guerra na Ucrânia

A guerra vai completar um ano. Os Estados Unidos e os aliados europeus aumentam a escalada militar. Há o perigo da guerra se expandir para a Europa. A classe operária mundial deve estar contra a guerra de dominação, lutar pelo seu fim e por uma paz sem anexação.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

**AS ESQUERDAS NO BRASIL**

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário



O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em tomo da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

**O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.**

Boletim Nossa Classe - Extraordinário

## **Eleições para a diretoria do Sindicato Metalúrgico do ABC**

### *Todo apoio à formação da chapa Opção Democrática na Volks*

Um grupo de trabalhadores da Volks entrou em contato com o Boletim Nossa Classe. Informou que está convocando os companheiros em todos os setores da fábrica, para lançar uma chapa concorrendo às eleições para a COMISSÃO DE FÁBRICA. As eleições ocorrerão nos dias 14 e 15 de março. O Boletim Nossa Classe apoia toda iniciativa dos operários que estão dispostos a lutar pela democracia sindical e pela independência do movimento dos trabalhadores em relação aos patrões, aos governos e ao Estado.

A COMISSÃO DE FÁBRICA tem uma enorme importância para a defesa dos empregos, dos salários, dos direitos trabalhistas e da liberdade sindical. Mas, para isso, é preciso que seja formada livremente pelos próprios trabalhadores. A COMISSÃO DE FÁBRICA deve estar subordinada apenas a ASSEMBLEIA DE FÁBRICA. Assim, a organização operária no interior da fábrica não servirá de correia de transmissão da política sindical antidemocrática e pró-patronal da direção do sindicato. Eis por que um grupo de metalúrgicos da Volks decidiu organizar uma chapa opositora, que denominou “Opção Democrática”. O Boletim Nossa Classe chama não só os companheiros da Volks a apoiar a chapa “Opção Democrática” como também os metalúrgicos das demais fábricas.

COMPANHEIROS, leiam abaixo os pontos programáticos que servirão de base para a constituição da chapa de oposição à direção do sindicato.

1. Para lançar a chapa, os companheiros precisam conseguir 28 candidatos distribuídos em todos os setores da fábrica até 14 de fevereiro;

2. É preciso coletar 20% das assinaturas dos trabalhadores de cada setor da fábrica;

3. A chapa “Opção democrática” tem como objetivo defender a democracia, a independência do sindicato, os empregos, salários, melhores condições de trabalho e direitos;

4. Defender o direito democrático de todos os trabalhadores poderem ser candidatos e lançar chapas para participar da eleição para a COMISSÃO DE FÁBRICA;

5. Chega de a direção do sindicato indicar quem serão os representantes. O sistema para formar chapa que existe hoje não é democrático. Os trabalhadores são os que devem eleger os representantes, ou seja, quais candidatos serão eleitos;

6. Defender a independência do sindicato diante dos partidos patronais e dos governos. O sindicato é para defender os trabalhadores;

7. Pela soberania das assembleias. Que todas as posições e propostas dos trabalhadores possam se expressar;

8. Os companheiros estão convocando os trabalhadores e trabalhadoras interessados em fazer parte da chapa a entrar em contato através do Whatsapp;

9. Para ser inscrita a chapa “Opção Democrática” é necessário coletar 20% de assinaturas dos trabalhadores da fábrica. Os companheiros estão passando nos setores recolhendo as assinaturas. É importante que os companheiros nos setores assinem a lista para garantir o direito de uma segunda chapa participar da eleição;

10. Consideramos importante que exista uma segunda chapa concorrendo na eleição para a COMISSÃO DE FÁBRICA. Chega de chapa única. Com duas chapas inscritas, os trabalhadores poderão debater nos setores e escolher em qual chapa votar, quais candidatos eles acreditam que têm condições de representar, encaminhar e defender os interesses dos trabalhadores, frente a fábrica. Com duas chapas inscritas, os companheiros poderão escolher qual chapa tem as melhores propostas para defender os empregos, salários e direitos dos trabalhadores.

## **Eleições sindicais**

A Tribuna Metalúrgica publicou o edital de convocação das eleições para composição dos Comitês Sindicais de Empresas e dos aposentados, presidente e membros do Conselho da Executiva da direção. Diz o edital que as eleições serão realizadas no 1º turno nos dias 14 e 15 de março. Sabemos que esse tipo de eleição não tem permitido uma ampla participação dos metalúrgicos.

### **Abaixo publicamos a posição do Boletim Nossa Classe**

Companheiros da Volks e demais fábricas devemos ter uma posição classista sobre as eleições para a diretoria, que serão realizadas de forma indireta por meio dos Comitês Sindicais de Empresas e Comitê Sindical dos Aposentados, nos dias 14 e 15 de março.

Faz tempo que não temos mais eleições diretas. Essa direção que está aí segue as anteriores, mantendo as eleições indiretas. A mudança do Estatuto de nosso sindicato, que acabou com as eleições diretas por chapa, mudando para eleições indiretas, serviu para perpetuar no poder aqueles que não admitem a existência de oposições sindicais. Assim, as eleições indiretas são completamente controladas pela mesma direção, que apenas troca

parte dos nomes.

As regras antidemocráticas e burocráticas das eleições foram impostas no nosso sindicato metalúrgico para impedir o surgimento de oposições. Os candidatos são sempre aqueles companheiros nossos, que, infelizmente, sempre dizem amém a tudo de errado que faz a direção de nosso sindicato e que prejudica nossas condições de emprego e de trabalho.

O descontentamento do chão de fábrica com os acordos feitos por essa direção com os patrões é grande. Se tivéssemos eleições diretas por chapa, com voto em urna e secreto, sem dúvida, os metalúrgicos em todas as fábricas do ABCD poderiam mostrar o seu descontentamento votando em uma chapa classista, combativa e sem nenhuma ligação com os patrões.

Aqui na Volks, não estamos passivos. Trabalhamos para formar uma oposição. Estamos lutando por democratizar as eleições da COMISSÃO DE FÁBRICA. Seria muito bom se nossos companheiros das demais fábricas fizessem o mesmo. Acreditamos que não basta denunciar. Temos de participar, apesar das regras burocráticas e antidemocráticas.

Quais são nossos principais objetivos como oposição classista? São:

- 1) lutar pelo fim das eleições indiretas e pela volta das eleições diretas por chapas;
- 2) defender a democracia sindical contra a burocratização antidemocrática;
- 3) permitir que todos os metalúrgicos participem de nosso sindicato e controlem a própria direção eleita;
- 4) possibilitar que se formem oposições de acordo com a vontade dos próprios trabalhadores;
- 5) reconstituir a democracia das assembleias, hoje completamente manejadas pela direção antidemocrática;
- 6) trabalhar pelo direito de organização independente dos trabalhadores em todas as fábricas;
- 7) defender um programa próprio da classe operária, que

- tenha por base os empregos, os salários e os direitos trabalhistas;
- 8) batalhar pelo fim dos acordos que prejudicam os assalariados e favorecem os patrões;
  - 9) tornar nosso sindicato independente em relação aos patrões, aos governos e ao Estado.

*Companheiros metalúrgicos, é hora de organizar um movimento de oposição a essa direção que se encastelou em nosso sindicato faz muito tempo e que nos tem prejudicado com os acordos que somente servem aos interesses das multinacionais.*

*Companheiros da Volks, apoiem nosso esforço de montar a chapa "Opção Democrática", para a eleição da COMISSÃO DE FABRICA.*

## Rio Grande do Norte

### Boletim Nossa Classe - janeiro de 2023

O Boletim inicia com a denúncia de que o grupo Guararapes fechou três fábricas em Fortaleza/CE, acabando com cerca de 6 mil empregos. A empresa alega "eficiência" e "competitividade", no entanto o que está por trás é seu interesse de buscar um novo sócio, o que implicaria demitir em massa e contratar mão-de-obra precarizada no interior do estado, para assim tornar a empresa mais "atrativa". O Boletim defende a reabertura imediata das fábricas fechadas, sob controle operário, e a reincorporação de todos os demitidos. O Boletim diz: "Se os capitalistas não são capazes de manter os empregos, que as fábricas sejam imediatamente estatizadas, sem indenização, e colocadas sob controle operário!".

Em seguida, explica o programa Pró-Sertão, que nada mais é do que a substituição de parte dos empregos na fábrica por empregos precários no interior do RN, por meio de oficinas de costuras terceirizadas. O Boletim defende que "os trabalhadores das oficinas de costuras do interior do RN tenham os mesmos

direitos que os operários da fábrica de Natal", e pela unidade "entre todos os operários (de Natal e do interior do estado) na luta pela estabilidade no emprego, e por melhores salários e condições de trabalho!".

O Boletim Nossa Classe denuncia que, em Natal, a fábrica Guararapes também está demitindo em massa. Frente à inoperância da direção do sindicato, o Nossa Classe faz a defesa da constituição de "uma oposição sindical classista e combativa no interior da fábrica", e conclui defendendo um conjunto de reivindicações: "1) Nenhuma demissão! Readmissão dos demitidos! 2) Estabilidade no emprego; 3) Por um piso salarial vital, suficiente para satisfazer as reais necessidades de uma família trabalhadora; 4) Nada de trabalho aos sábados e nem 1 hora a mais! Fim do banco de horas; 5) Fim das metas abusivas e da sobrecarga! Contratação de mais operários; 6) Pelo aumento do vale-alimentação; 7) Por uma creche na fábrica para que as operárias mães possam deixar seus filhos durante o trabalho!".

## Legrand anuncia fechamento da fábrica em Diadema

A multinacional Legrand é especialista mundial em sistemas elétricos e digitais e conta com 1 escritório corporativo, 4 plantas industriais, 6 centros logísticos e 10 unidades de negócios no Brasil. No dia 6 de fevereiro, informou que vai fechar a fábrica de Diadema, e transferir as atividades de São Paulo para as unidades de Caxias de Sul (RS) e Manaus (AM). Depois de explorar durante anos os operários em Diadema, de conseguir ajuda fiscal e subsídios dos governos, a patronal visando a aumentar seus lucros, fecha a fábrica, condenando 500 trabalhadores ao desemprego.

O fechamento da Legrand, de todas as unidades da Ford no Brasil, da Toyota em São Bernardo do Campo, da Caoa Chery em Jacaré, para dar alguns exemplos, comprova que nenhum governo burguês, de esquerda ou de direita, poderá colocar fim à desindustrialização, que vem acontecendo no país. O governo burguês de Lula, como seus antecessores, é defensor da propriedade privada, está submetido aos interesses das multinacionais imperialistas, que controlam a economia. A direção sindical dos metalúrgicos do ABC, ligada à CUT e demais centrais, enganou os trabalhadores dizendo que se o Lula voltasse ao poder, seria possível desenvolver a industrialização do país e gerar mais empregos. A realidade é outra. A frente ampla burguesa, formada pelo PT/Lula, chegou ao poder e o que vemos, um mês depois, é a continuidade dos anú-

ncios de fechamento de fábricas, como faz a Legrand, Americanas e outras, gerando mais fechamento de postos de trabalho.

Está claro que burocracia sindical, que ajudou a eleger e declarou apoio ao governo burguês de Lula, fará de tudo para impedir que a classe operária se levante contra o fechamento de fábricas, enfrente a patronal e lute por meio da ação direta, para defender seus empregos, salários e direitos. Os pelegos Claudionor Vieira do Nascimento, secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Antônio Claudiano da Silva, o Da Lua, coordenador da Regional do Sindicato em Diadema, frente ao fechamento da fábrica, se limitaram a dizer que irão procurar a direção da empresa para tentar negociar migalhas nas indenizações. Essa política da burocracia sindical só tem trazido derrotas para a classe operária. Está aí por que é necessário recuperar o sindicato para a luta. O que implica construir uma oposição classista e revolucionária, desde as fábricas.

Frente ao fechamento de fábricas, os metalúrgicos do ABC devem levantar as bandeiras: Fábrica fechada é fábrica ocupada! Nenhuma Demissão! Que o sindicato convoque assembleia na fábrica e uma assembleia geral, com todos os trabalhadores. Aprovar a ocupação da fábrica e impor o controle operário da produção. Lutar pela estatização sem indenização da Legrand e demais fábricas que ameçarem fechar e demitir.

## **Nova onda de demissão em massa na área de tecnologia mostra a tendência ao rebaixamento do valor da força de trabalho**

Após uma série de demissões em massa nos monopólios de tecnologia no ano passado, denunciados no Massas 677, vemos uma nova onda em 2023. Desta vez, as demissões atingiram duas das chamadas "big techs": a Microsoft, que anunciou que demitirá 10 mil; e a Amazon, que demitirá 18 mil funcionários. Mas diversas outras empresas da área em escala global demitiram ou anunciaram que demitirão em massa no próximo período. Algumas delas são: a Dell, que anunciou a demissão de 6,6 mil funcionários; a HP, que cortará de 4 a 6 mil até 2025; a Salesforce que eliminará 10% do quadro até 2024; a Vimeo, 11% da sua força de trabalho em 2023. Apesar destas demissões se concentrarem principalmente nos EUA, elas mostram a tendência geral. O Brasil não foge a essa regra e essas demissões devem se refletir aqui com demissões "indiretas". Só no início de 2023, já temos o seguinte panorama: a PagSeguro demitiu 7% do quadro (cerca de 500 funcionários); a Loggi também anunciou a demissão de 7% do quadro (cerca de 250 funcionários), sendo que já havia demitido mais de 500 em agosto do ano passado; estima-se que a demissão da C6 Bank chegue em 500 funcionários; o Nubank encerrou um departamento inteiro de assessoria de investimentos, cortando 40 pessoas. Isso considerando apenas empresas ligadas a área de tecnologia.

As justificativas dos capitalistas para as demissões são o "cenário adverso global", "incerteza econômica", "readequações de cargos e profissionais", "adequações de suas estruturas ao momento do negócio". Ignoram completamente que o desemprego é uma sentença de morte ao trabalhador que depende dos salários. O objetivo dos capitalistas é o do proteger

os seus lucros. Sequer se mostra um cenário de prejuízo entre essas grandes empresas de tecnologia. As declarações da C6 indicam bem a lógica capitalista, dizem: "o número de novos funcionários neste ano superará em centenas de posições o número de profissionais desligados". Ou seja, mesmo que a perspectiva seja de crescimento, a demissão em massa vem para rebaixar o valor da força de trabalho e garantir a alta lucratividade capitalista.

O cenário internacional e nacional é o do avanço da crise e da barbárie capitalista. Mesmo as camadas de técnicos altamente especializados não fogem aos ataques dos capitalistas e ao rebaixamento do valor de sua força de trabalho. Desgraçadamente, a ausência de um histórico de luta entre os trabalhadores de tecnologia e a crise de direção levam a que as demissões em massa não sejam respondidas com a luta de classes e os métodos próprios dos trabalhadores.

Esse quadro geral coloca na ordem do dia a luta dos explorados em defesa dos empregos, salários e direitos. O entrave das direções sindicais precisa ser superado através da constituição das oposições sindicais classistas. A classe operária a frente dos demais trabalhadores é quem poderá de fato defender a vida dos explorados e se colocar contra o rebaixamento do valor da força de trabalho através da luta direta, unindo empregados e desempregados com independência de classe e com os métodos próprios: a greve, as manifestações de rua, as ocupações etc. É preciso colocar abaixo o capitalismo putrefato, que só reserva à maioria a intensificação da barbárie.

## **Que os sindicatos e centrais rompam com o governo burguês de Lula\Alckmin e convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários e direitos**

No início do ano, o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Moisés Selerges e o diretor administrativo, Wellington Damasceno, foram a Brasília e se reuniram com o presidente Lula e cinco ministros. A Tribuna Metalúrgica estampou, na capa da edição do dia 13 de janeiro, a foto dos dirigentes sindicais pelegos - que negociam com os patrões: demissão, terceirização e fechamento de fábricas - dando risada, felizes, ao lado do ministro do trabalho, Luiz Marinho, e do vice-presidente, Geraldo Alckmin, um conhecido representante da burguesia, que governou São Paulo, retirou direitos dos trabalhadores, reprimiu duramente os professores e os movimentos sociais.

Os burocratas dizem que foram apresentar as demandas dos trabalhadores para o governo Lula. Tudo conversa fiada. A CUT e demais centrais sindicais nada fizeram para impedir a aprovação da reforma trabalhista e da lei da terceirização, aprovada no governo Temer, um dos maiores ataques aos direitos dos trabalhadores. Nada fizeram para combater a reforma da Previdência, aprovada pelo governo Bolsonaro. Com o retorno de Lula ao poder, a CUT e demais Centrais, já informaram que não irão organizar a luta para colocar fim à reforma trabalhista, nem à reforma da Previdência, deixando claro o apoio ao governo, e que, certamente, farão tudo para impedir que a classe operária

e demais explorados se choquem com os patrões e o governo, e lutem por suas reivindicações por meio da ação direta e coletiva.

Os metalúrgicos do ABC e demais trabalhadores de todo o país devem exigir que as centrais e sindicatos rompam com o governo burguês de Lula\Alckmin. Os sindicatos devem convocar imediatamente assembleias gerais em todas as fábricas, em todos os setores. As centrais devem convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações, para aprovar uma pauta de reivindicações, que defenda realmente a vida da classe operária. Para colocar fim à reforma trabalhista e previdenciária. Combater o desemprego e a fome. Aprovar a luta em defesa de emprego a todos, impondo aos patrões e ao governo a redução da jornada, sem redução de salários e a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre empregados e desempregados, única forma de garantir emprego a todos. A classe operária deve rechaçar a política de conciliação e a estatização das centrais e sindicatos. Devemos lutar de forma independente dos patrões e do governo. As centrais devem unificar a classe operária e demais trabalhadores, camponeses e estudantes, em defesa de um programa próprio. O ponto de partida está em as centrais, sindicatos e movimentos convocarem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Assim, o programa de reivindicações será dirigido ao governo para que cumpra.

## Basta de salários de fome. Lutemos por um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias

Durante a campanha eleitoral, Lula havia prometido aumentar em 9% o valor do salário mínimo, que passaria de R\$ 1.212,00, para R\$ 1.320,00. Depois de eleito, Lula voltou atrás e, no dia 19 de janeiro, seu ministro do Trabalho, Luiz Marinho, informou que o governo só poderá pagar R\$ 1302,00. Para a classe operária e demais trabalhadores que trabalham duro nas fábricas; que geram toda a riqueza do país; para os operários rurais, que produzem os alimentos no campo e para os aposentados que trabalharam a vida inteira, o governo Lula e seus ministros dizem que não têm dinheiro, que não é possível pagar, nem mesmo um salário miserável de R\$ 1320,00. No entanto, o governo Lula, em acordo com o Congresso Nacional, aumentou de R\$ 33.763,00 para R\$ 46.366,00 seu salário de Presidente, do vice-Presidente, dos deputados federais, senadores e ministros,

um aumento de 50%. Ao aprovar esse salário de fome para os trabalhadores, a ultradireita bolsonarista no Congresso, e a frente ampla burguesa, liderada pelo PT, atuam juntos, para condenar a classe operária à fome e miséria. Basta isso para as massas entenderem que o governo Lula, como todo governo burguês, irá defender os interesses do grande capital nacional e do imperialismo. Segundo o Dieese, que é ligado à CUT, o valor do salário mínimo para manter uma família de 4 pessoas deve ser de R\$6.500,00.

Devemos, desde já, exigir que os sindicatos convoquem assembleias gerais, em todos os setores para aprovar, nas campanhas salariais, a luta para que o piso salarial de todos os trabalhadores, seja igual ao mínimo vital, reajustado automaticamente de acordo com a inflação.

### Rondônia

## Grileiros continuam assassinando os camponeses pobres Que as direções sindicais e populares saiam da passividade e constituam os comitês de luta

Mais uma vez os camponeses pobres de Rondônia são perseguidos, torturados e assassinados pelo braço armado do Estado, para beneficiar latifundiários do agronegócio. Em 2023, o primeiro caso aconteceu no dia 04 de janeiro, Gasparini Cardoso conhecido como “cacheado” foi encontrado morto por pistoleiros em Nova Mutum Paraná a 100 Km de Porto Velho, em Rondônia. A suspeita do assassinato é que foi a mando de Antônio Martins dos Santos, conhecido por “Galo Velho”, um dos maiores grileiros do estado.

No dia 28, na mesma localidade, mais dois camponeses da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), são assassinados, Raniel Barbosa de 24 anos e Rodrigo Hawerth de 34 anos. Além de mais três que foram presos e um que foi baleado e encaminhado para o pronto socorro de Porto Velho, no momento de uma reintegração de posse, através de uma operação com participação de policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) Batalhão de Choque, de Trânsito e 9º Batalhão de Polícia Militar de Rondônia, no acampamento Tiago Campin da LCP, na fazenda NORBRASIL, região de conflitos agrários.

Além desses assassinatos, o “Galo Velho”, como grileiro, disputa áreas de terras griladas com 600 famílias de camponeses pobres que buscam um pedaço de terra para cultivar e alimentar as famílias, cuja ocupação ocorreu desde o ano de 2020 e que em outubro de 2021 sofreu a maior reintegração de posse do estado de Rondônia e que nessa operação ocorreram uma série de violências policiais. É uma área cobiçada pelos empreendedores do agronegócio e que faz parte da AMOACRO, que compreende a nova fronteira do agronegócio em acordos entre os governos dos estados do Amazonas Acre e Rondônia. A operação conta com forte aparato do Estado e com o apoio de operações da “Força Nacional”, com a anuência do governador reeleito, o coronel Marcos Rocha.

Na época da tentativa de reintegração dessas famílias, em 2021, os camponeses conquistaram uma liminar de suspensão do despejo. Em meio à resistência dos camponeses e permanência na terra destas famílias combativas, a operação resultou na mor-

te de duas lideranças camponesas Gedeon José Duque e Rafael Gasparini Tadesco. Amarildo Aparecido Rodrigues e seu filho Amaral José Stoco Rodrigues foram assassinados em seus lotes por policiais e Kevin Fernando Holanda de Sousa executado sobre sua moto na mesma região de Mutum Paraná, foco dos conflitos agrários mais recentes de Rondônia.

A militância do Partido Operário Revolucionário/POR trabalha para que os movimentos sociais e as centrais sindicais organizem os comitês de luta em defesa dos camponeses pobres. A passividade das direções sindicais e populares favorecem a ação repressiva do estado nos despejos dos sem-terra. O que acaba fortalecendo a ação dos grileiros, como esse “Galo Velho”. O POR faz uma campanha de denúncia dos assassinatos e da violência policial contra os lutadores e mostra que a punição dos assassinos só virá pela luta por um Tribunal Popular, organismo das massas exploradas capaz de julgar e punir os crimes dos latifundiários contra os camponeses pobres.

R\$5

Adquira  
com o  
distribuidor  
de Massas:



São Paulo – Francisco Morato

## Eliminação de postos de trabalho

A empresa de ônibus moratense avança no fechamento de postos de trabalho com a retirada de cobradores. A empresa de transporte em Francisco Morato iniciou a tirada dos cobradores de algumas linhas de ônibus, no final de semana. Por meio dessa medida, o empresário do transporte descarrega o peso da crise econômica sobre os trabalhadores. Os motoristas serão cada vez mais explorados, porque terão de exercer a dupla função (motorista e cobrador) e os salários continuarão miseráveis. A população pobre que depende do transporte coletivo não terá mais ônibus e melhores condições. Ao contrário, já começa a sentir que as viagens têm se tornado mais demoradas.

Enquanto os trabalhadores dos transportes estão sendo demitidos, e os que permanecem superexplorados, as direções sindicais continuam passivas. Tomam as duras medidas patronais como naturais. Não preparam os trabalhadores para enfrentar as demissões e o aumento da exploração do trabalho. Por sua vez,

os empresários do transporte aproveitam essa passividade para continuar fechando postos de trabalho. Está aí por que é preciso que os trabalhadores mais conscientes se coloquem por constituir uma oposição sindical classista e de luta. Uma oposição que tem como tarefa recuperar os sindicatos para a defesa das reivindicações que unificam os explorados, ou seja, o emprego, salário e direitos trabalhistas.

Os trabalhadores têm sua resposta diante da eliminação dos postos de trabalho, do aumento das tarifas de ônibus e da superexploração dos motoristas, que é a luta pela estatização dos transportes coletivos, sem indenização, e controle por quem trabalha e pelos usuários. Essa luta implica a unidade dos explorados, o combate à política das direções sindicais colaboracionistas e a defesa dos métodos próprios dos explorados, que são as assembleias democráticas, as greves, as ocupações, os bloqueios e as manifestações de rua.

## Construir os comitês de luta nos bairros

No dia 22 de janeiro, ocorreu a primeira assembleia da Associação Chico Mendes por moradia social em Francisco Morato, em um espaço cedido pelo movimento cultural batalha da estação, Hip-Hop. A maioria das famílias que participou não conhecia o funcionamento da Associação. Foi feita as explicações do seu papel social e do funcionamento da “autogestão da terra”. Alguns mostraram desconfiança com a continuidade do pagamento desta terra. Como é uma associação que visa a compra da terra, trouxe para a assembleia explicações jurídicas, para esclarecer as dúvidas e convencer os presentes da legalidade e dos objetivos dessa “ação social”. Tais explicações eram completadas por uma militante do movimento por moradia da cidade de São Paulo.

A partido interveio com o Boletim Nossa Classe “O que esperar do governo Lula? Confiar em nossas próprias forças. Lutar

por um programa próprio da classe operária e dos demais explorados”. Destacou que os politiquinhos tiram proveito da situação dos trabalhadores. E, por isso, é fundamental se colocar pela independência política. Mostrou que o problema da falta de moradia está ligado ao desemprego, subemprego e ao salário mínimo de fome. Não serão com ações jurídicas que os explorados vão conseguir uma moradia. Será por meio da luta direta e unitária. Daí a importância da constituição dos comitês de luta nos bairros, da convocação de assembleias populares e da unidade dos oprimidos. A luta por uma moradia para todos tem de fazer parte do programa da classe operária. Alguns presentes balançavam a cabeça em sinal de concordância, mas estavam sob a direção de uma política que divide os trabalhadores, entre os que podem pagar a terra e os que serão marginalizados.

Ceará – Fortaleza

## Prefeito Sarto/PDT impõe piso apenas em setembro sem retroativo e Sindiute encerra paralisação



Após duas semanas de paralisação, iniciada no dia 26/01 com uma assembleia massiva da categoria na ETI Filgueiras Lima, a categoria votou nesta quarta (08/02) pelo fim do movimento e aceitação da proposta do prefeito Sarto/PDT.

A paralisação foi aprovada como uma resposta dos professores ao prefeito José Sarto que rejeitava pagar o piso salarial. No início da paralisação, segundo dados da Fetamce, pelo me-

nos 40 prefeitos já haviam anunciado o pagamento do reajuste de 14,95%. Número que logo aumentaria para 80 e incluiria até mesmo o governo do estado (Elmano Freitas/PT), que passou também a anunciar o pagamento do piso.

Em audiência com representantes do Sindiute (Articulação/PT), no dia 31/01, Sarto anunciou que concederia um reajuste miserável de 0,81%, suficiente apenas para que o professor de nível graduado alcançasse o valor de R\$ 4.420,55 (referência do piso correspondente aos professores de nível médio). A proposta de Sarto irritou a categoria, que redobrou a disposição de luta e voltou a lotar a assembleia de 02/02. A direção do Sindiute, contudo, ao invés de propor um calendário ofensivo de lutas, passou a defender o fim da paralisação com data marcada para o dia 09/02. O terrorismo feito pela direção na assembleia ia desde as falas de que o prefeito já estava com um pedido de ilegalidade da greve pronto para enviar à justiça até a ameaça de corte de ponto e demissão de professores probatórios. Ainda assim, 1/3 da assembleia votou contra a direção colaboracionista, apontando o caminho da luta.

A aprovação do fim da paralisação com data marcada ajudou a esvaziar o movimento, uma vez que muitos professores não viam sentido em continuar a luta sem poder de pressão sobre o

prefeito. A proposta de Sarto de reajuste geral para os servidores (anunciado com toda pompa no dia 08/02 no Paço Municipal em companhia dos sindicatos dos servidores) no valor de 5,79% sinalizou que poderia haver um reajuste diferenciado para o magistério. A direção do Sindiute logo abandonou a luta pelo piso, reivindicando qualquer reajuste diferenciado, pronta a encerrar o movimento. A assembleia de encerramento da paralisação foi marcada para o Paço Municipal no mesmo dia em que o prefeito se dispunha a receber uma comissão de vereadores dispostos a intermediar um acordo. Uma proposta rebaixada, apresentada pela prefeitura (ou mesmo a inexistência de proposta), poderia dar motivo a que a assembleia de encerramento ouvisse as correntes de oposição e pudesse servir de renascimento da luta. Sarto, por fim mandou um comunicado através do líder do prefeito na Câmara de que pagaria a diferença dos 5,79% para os 14,95%

(9,16%) na folha de setembro e sem retroativo. Proposta que foi prontamente aceita pela direção do Sindicato como uma vitória e submetida sumariamente sem debates à votação da Assembleia.

Sarto conseguiu seu objetivo de não pagar o piso (na prática o pagamento dos 14,95% só ocorrerá nos últimos 3 meses de 2023), e impôs um reajuste, para a quase totalidade do ano, de apenas 5,79%. Nada impede, porém, que Sarto se vanglorie de ter pago o piso em um acordo com o Sindiute. A enorme disposição de luta do magistério municipal, que não se via há muito tempo, foi transformada em uma conquista medíocre. Um balanço rigoroso das duas semanas de luta pelo piso só confirma a necessidade de construir uma oposição de luta, classista e combativa para o magistério municipal. Esse é o chamado que a Corrente Proletária na Educação, que esteve presente nas lutas, faz à vanguarda classista da categoria.

Rio Grande do Norte

## UFRN inicia a implementação do PGD (Programa de Gestão e Desempenho)

### Um grande retrocesso nas condições de trabalho dos servidores

Neste mês de fevereiro, a Reitoria da UFRN começou a implementar o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que tem como principal medida substituir o controle de frequência do ponto eletrônico pelo controle de frequência por “entregas”. Dessa forma, o dia de trabalho do servidor deixa de ser medido pela jornada de 8 horas, e passa a ser mensurado a partir do cumprimento de metas/tarefas. Por isso temos dito que se trata, na prática, da destruição do direito histórico à jornada de trabalho de 8 horas.

Caso haja uma redução do número de servidores em decorrência da diminuição das vagas nos concursos, isso levará a uma sobrecarga de trabalho. Nesse cenário, sem uma jornada de trabalho delimitada, os servidores, sobrecarregados (o que já é a realidade de muitos), se verão pressionados a trabalhar mais do que 8 horas por dia para conseguir cumprir as suas metas/tarefas, sem que essas horas a mais sejam contabilizadas. Caso não cumpram com as metas, poderão ter seu salário descontado no final do mês.

A implementação do PGD no setor de trabalho é a precondição para que os servidores possam aderir ao teletrabalho. Esta tem sido a grande armadilha que tem levado uma parte dos servidores a aceitarem o PGD. Há uma grande ilusão nesta parcela dos servidores de que o teletrabalho trará melhorias nas suas condições de vida.

Com o teletrabalho, são inúmeros os retrocessos: 1) acaba-se com a separação da vida pessoal e da profissional, pois não há uma linha divisória clara entre horário de trabalho e tempo livre de descanso e lazer; 2) a precarização será ainda maior para a mulher trabalhadora, que arca com o peso das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças, idosos e doentes; 3) os servidores terão que arcar com os custos da compra e manutenção de equipamentos necessários ao trabalho e à ergonomia; 4) o Estado se desresponsabilizará cada vez mais com a compra de novos equipamentos e manutenção dos locais de trabalho, aprofundando o sucateamento das universidades; 5) facilitará o fechamento de salas e a centralização da estrutura administrativa da universidade (a exemplo da unificação das secretarias de um mesmo Centro), concentrando muitas tarefas em um número cada vez menor de servidores; 6) facilitará a remoção e redistribuição arbitrária dos servidores entre setores e órgãos; 7) agravarão os casos de assédio;

8) enfraquecerá a organização coletiva dos servidores no local de trabalho.

No ano passado, quando a proposta do PGD ainda estava sendo discutida, a Corrente Proletária na Educação fez uma campanha em alguns setores de alerta aos servidores para que rejeitassem e lutassem contra o PGD. Em alguns setores, como a DAP, CCHLA, CCSA, FACISA e PROAE, os servidores realizaram reuniões setoriais para debater o PGD, e no debate foi possível perceber os riscos que existem em substituir a jornada de 8 horas por um controle por metas. Na FACISA, particularmente, os servidores aprovaram, por maioria, a posição contrária ao PGD.

Na assembleia do SINTEST de 26 de maio de 2022, a categoria aprovou uma pauta de reivindicações, que rejeitava parcialmente o PGD, exigindo que não fosse uma imposição, mas sim uma decisão do próprio servidor aderir ou não ao programa. Foi aprovado também um calendário de reuniões setoriais por toda a universidade durante todo o mês de junho.

Era preciso que a mobilização que havia se iniciado em alguns setores fosse disseminada para todo o restante da universidade. As reuniões setoriais seriam um primeiro passo para construir essa conscientização e mobilização dos trabalhadores. No entanto, lamentavelmente, diante do chamado da PROGESP a um “Fórum de Servidores”, a direção do SINTEST suspendeu o calendário de reuniões setoriais no mês de junho. A ausência de mobilização setorial resultou no esvaziamento do ato chamado pelo SINTEST na Reitoria, no dia 30 de junho, dia em que o CONSAD finalmente aprovou a Resolução do PGD, sob gritos de protestos dos servidores que estavam presentes.

A dura experiência com o PGD tornará cada vez mais claro para os servidores a precarização que é o controle de frequência por metas/entregas e o teletrabalho. A Corrente Proletária na Educação faz um chamado aos servidores conscientes dos prejuízos do PGD a se organizarem, desde já, contra a implementação do Programa.

É preciso também constituir, na categoria, uma fração revolucionária que impulse a luta em defesa das reivindicações e a unidade com os terceirizados, estudantes e professores contra os cortes e o sucateamento, e pelo financiamento integral da universidade pelo Estado.

Rio Grande do Norte

## Boletim da Corrente Proletária na Educação (CPE)

O Boletim da CPE divulgou a denúncia de que o prefeito de Natal, Álvaro Dias (PSDB), vem negando o cumprimento da correção do valor do piso nacional. Agora, o Ministro da Educação, Camilo Santana/PT, decretou um reajuste de 14,95%. Rapidamente, o Prefeito disse que não pagará um centavo.

O principal problema está na política de conciliação da direção do SINTE (PT), que marcou várias reuniões, mas o prefeito e a secretária não compareceram, o sindicato se nega a organizar um movimento em todo o Estado em defesa da correção do Piso Nacional. Acaba repetindo a mesma política que levou à derrota dos professores. O Boletim, assim, ressalta a importância de recuperar a confiança dos educadores em seus próprios métodos para conquistar as reivindicações.

Em outra nota, o Boletim também denuncia a medida da SME que retirou as férias de 45 dias de acordo com o calendário escolar dos professores readaptados e coordenadores pedagógicos, que foram induzidos a assinarem um formulário de gozo de apenas 30 dias. A direção do SINTE individualiza a luta, orientando os trabalhadores a “entrem de férias de acordo com o calendário escolar, mas sem assinar o formulário”. É preciso trabalhar para a retomada da luta organizada!

O Boletim mostra que a governadora Fátima (PT) não cumpriu o pagamento do retroativo parcelado do piso salarial, referente ao ano passado. Além disso, não há nenhum in-

dicativo de que pagará o novo reajuste de 14,95%. O governo manobra com o objetivo de apresentar propostas rebaixadas, como é o caso do parcelamento. É preciso que os professores rejeitem a enrolação do governo e exijam que a direção do sindicato convoque uma assembleia para aprovar o caminho da luta para impor a correção do Piso Nacional e o pagamento integralmente do que a governadora deve do Piso Nacional do ano passado.

Os professores de São Gonçalo do Amarante continuam enfrentando o prefeito, Erado Paiva/PT, que se recusa a receber os trabalhadores da educação. Na assembleia de 24 de janeiro, aprovou-se o não início do ano letivo e um ato no dia 8 de fevereiro. O Boletim assinala a importância da direção sindical unificar a luta, portanto uma greve unificada. Os movimentos por município já mostraram que não têm força para derrotar a política centralizada dos prefeitos e da governadora de não reajustar os salários e de retirada de direitos.

Por fim, o Boletim denuncia a empresa terceirizada JMT, que concedeu férias aos trabalhadores terceirizados da educação pública, mas não lhes repassou o 1/3 de férias a que têm direito. Está aí mais um ataque aos trabalhadores. A Corrente Proletária na Educação defende o pagamento imediato dos salários atrasados e do vale-alimentação dos trabalhadores! Que todos os direitos sejam pagos aos terceirizados! Efetivação imediata de todos os terceirizados! Fim das terceirizações!

São Paulo

## Posição do POR na reunião do Conselho de Representantes (CR) da APEOESP

No dia 30 de janeiro, ocorreu a reunião do CR, que tinha como objetivo abrir a campanha salarial. Foi dividida em duas partes. A primeira, coube ao Dieese expor as perdas salariais e ao advogado explicar a resolução de atribuição de aulas, que privilegiou a jornada de trabalho e não o tempo de serviço. A diretoria da Apeoesp apresentou uma lista enorme de reivindicações e um calendário de mobilização, que incluía a defesa de um Dia Nacional de Luta da Educação, convocado pela CNTE. Mas se opôs a convocar uma assembleia para organizar os professores. O POR defendeu a retomada das assembleias massivas, preparadas desde as escolas e reuniões regionais e que aprovasse o índice de reposição salarial e o caminho para conquistá-lo, que só pode ser a greve e as manifestações de rua. Nesse sentido, propôs uma assembleia para o dia 3 de março. Mostrou que a tendência das direções é limitar a campanha salarial à exigência de que os prefeitos e governadores cumpram a Lei do Piso, reajustando os salários em 14,95%. Não por acaso, a direção da Apeoesp não apresentou um índice para a campanha salarial. Informou que o sindicato reivindica o pagamento de 10,15% que foi bloqueado no Supremo Tribunal Federal, referente ao reajuste do piso em 2017, mais 33,14% do reajuste de 2022, mais 14,95% deste ano.

No ponto sobre a conjuntura, o POR enfatizou os seguintes aspectos: a) estamos diante de uma profunda crise econômica, agravada pela guerra na Ucrânia e pela guerra comercial entre os Estados Unidos e China; b) essa situação tem consequências para os trabalhadores: aumento da fome e da miséria e do desemprego; b) depois de alguns anos de passividade, as direções sindicais foram obrigadas a convocar a greve geral na França contra a reforma da previdência, a se colocar pela greve geral da saúde na Inglaterra, pelas paralisações exigindo reajuste salarial na Bélgica, Portugal e em outros países da Europa; c) a crise econômica atingiu o Brasil, aumentando a crise política e as ameaças golpistas por parte da ultradireita. A tentativa de golpe em 8 de janeiro fracassou, mas não significa que foi eliminada; d) a vitória de Lula e a constituição de um governo de frente ampla, inclusive com partidos que encabeçaram o golpe de Estado que derrubou o governo Dilma, mostra que governará de acordo com os interesses da burguesia. Trata-se de um governo que pretende ampliar a conciliação de classe, entre o capital e o trabalho; e) é nossa tarefa defender a independência política e organizativa dos sindicatos diante do governo Lula. O que significa defender um programa de reivindicações e os métodos próprios do explorados.

## Pronunciamento do POR no ato em frente à Secretaria da Educação

### Reproduzimos abaixo:

Eu estou falando aqui em nome da Corrente Proletária da Educação, do Partido Operário Revolucionário.

Nós temos de entender, companheirada, que essa atribuição de aulas caótica acontece no momento difícil, momento de crise econômica acirrada pela guerra na Ucrânia, que inclusive tem sido respondida pelas greves e manifestações na Europa, vimos aí a greve geral na França, e aqui no Brasil os trabalhadores também têm respondido.

Nesse momento enquanto estamos aqui, os trabalhadores de Fortaleza da educação estão também em mobilização. É importante entender tudo isso e responder ao governo Tarcísio e Feder com um conjunto de reivindicações. A Corrente Proletária está defendendo cancelamento da atribuição, o fim da distorção da jornada como um fator classificatório, redução da jornada com o máximo de 20 aulas sem reduzir salários, é a abertura das salas, turnos escolas fechadas, da EJA e do regular, o máximo de 25 alunos por sala.

Nenhum professor desempregado! Aula para todos, dividir as aulas entre todos os aptos a trabalhar. Estabilidade! É muito importante a luta pela estabilidade para todos. Reposição das

perdas inflacionárias, o piso da categoria, companheirada, nós estamos defendendo que não seja menor do que o valor do mínimo calculado pelo DIEESE, hoje por volta de R\$ 6500,00. Trabalho igual salário igual. Abaixo as discriminações no seio da categoria. Fim do PEI e do EAD. Revogação da farsa da nova carreira. Abaixo a privatização e a terceirização. Não a precarização dos serviços públicos! Em defesa de um sistema único de ensino gratuito para todos e vinculado a produção social.

Por isso que a nossa defesa aqui, companheirada, tem de ser acompanhada dos métodos de luta. Para encerrar: não tem vitória se não tiver luta nas ruas. Nós do POR estamos defendendo uma assembleia para o dia 3. Vamos para os REs defender essa proposta para organizar a resistência coletiva com um método da ação direta. Viva a luta dos trabalhadores e que se cancele a atribuição!



### São Paulo

## Nota da Corrente Proletária à reunião da Oposição

A Oposição Combativa deve ser uma frente de luta, baseada nos princípios de independência de classe e da democracia operária, que trabalhe pela unidade dos lutadores contra a direção burocrática do SINPEEM

Dia 11/2 ocorrerá mais uma reunião da Oposição Combativa-SINPEEM. Em pauta, estarão colocados os seguintes pontos: informes, análise de conjuntura, material de propaganda para as eleições de REs e preparação da próxima plenária da própria Combativa. Quanto aos primeiros pontos, não há o que destacar, são aspectos ordinários. Cabe, no entanto, um posicionamento da Corrente Proletária na Educação sobre a referida plenária, que está sendo preparada – ainda sem data - com o caráter de encontro “programático”.

A Oposição Combativa surgiu no final de novembro do ano passado. Pouco antes da Plenária que decidiu por sua constituição, a Corrente Proletária divulgou o mais amplamente possível um documento intitulado “Carta aberta às correntes e militantes de oposição no SINPEEM, e aos trabalhadores em geral da rede municipal de ensino”. A essência da “Carta” estava na ideia de que a Plenária não poderia servir de instrumento de mais divisão no seio da oposição. Isso por que estava clara a intenção de uma parte dos que estavam construindo o encontro de pôr em pé um agrupamento à parte da frente já existente, a Unidade da Oposição, composta majoritariamente por correntes do PSOL, mas que congrega também a Corrente Proletária e outras organizações políticas. A “Carta” indicava que a conjuntura, marcada pelo acirramento da crise do capitalismo, exigia tomar o sindicato para a luta, dado que hoje se encontra nas mãos de uma burocracia contrária aos interesses dos trabalhadores. Em outras palavras, colocar essa importante ferramenta política, que é o SINPEEM, sob o controle da própria categoria.

Durante a Plenária, ocorrida em 26/11, a Corrente Proletária apenas reafirmou a posição que constava na “Carta”, colocando nossa disposição de construir uma frente, permanecendo ao mesmo tempo dentro da Unidade da Oposição, contra que se estabelecesse mais fragmentação no campo oposicionista. Levantamos ainda a importância de se defender a independência dos sindicatos diante dos patrões e dos governos, incluindo o recém-eleito governo burguês de Lula. Colocou também a proposta de cobrar dos sindicatos e centrais a convocação de um Dia Nacional de Luta em defesa das reivindicações vitais dos explorados, além de uma campanha contra a repressão e a perseguição política sobre os lutadores, com destaque para a luta contra a prisão do dirigente sindical boliviano, Rodrigo Amorós, bem como pela readmissão imediata do Mancha, dirigente da CSP-Conlutas. Essas reivindicações foram aprovadas na Plenária do dia 26/11.

Outras resoluções também foram aprovadas, entre elas a realização da tal Plenária “programática”. Para além do problema de fragmentar ainda mais a oposição, o problema é confundir uma frente sindical com uma organização política – partido, corrente, coletivo... O correto é que se estabeleça uma plataforma comum, baseada em certos princípios e, principalmente, em reivindicações que unificam os trabalhadores, nesse caso, em torno à necessidade de combate à burocracia sindical. Estamos plenamente de acordo que se consolide a Oposição Combativa, mas como uma frente prática de luta, que cumpra a função de agregar o conjunto dos lutadores, inclusive a Unidade da Oposição, de acordo com o objetivo de derrotar a camarilha burocrática liderada por Cláudio Fonseca. Os eixos iniciais que podem servir à essa unificação são as bandeiras de democracia e independência no SINPEEM.

Essa frente de luta deve manter a mais ampla liberdade de

crítica entre seus membros, e garantir a autonomia dos trabalhadores e correntes organizadas. As divergências devem ser debatidas abertas e francamente. É preciso observar ainda o caráter embrionário dessa frente, o que se traduz em grande fragilidade. É necessário cuidado para que vá se estruturando como frente oposicionista, ganhando o apoio e a confiança dos trabalhadores desde a base, ampliando seus limites, incorporando novos participantes. Daí a grande importância da deliberação de dirigir esforços no sentido de eleger REs combativos, que estejam de acordo com as ideias desse setor. O resultado disso seria um enfraquecimento da direção burocrática e, por consequência, um fortalecimento da própria entidade, na medida em que reforçaria seu caráter de luta, em oposição à paralisia reinante.

Para isso, é fundamental que a Combativa apresente uma política classista, com reivindicações que vão além da Educação. As direções burocráticas aplicam uma linha corporativista, guiada por considerações de aparato, o que só fortalece a burguesia e os seus governos. A defesa das reivindicações vitais dos explorados

é o caminho por onde as massas, fazendo sua própria experiência, lutando por aquilo que é mais concreto, de compreensão imediata, poderão elevar sua consciência e, no bojo dessa luta, ir forjando suas novas direções. O burocratismo da direção do SINPEEM expressa um problema mais amplo, que é a crise de direção revolucionária. O combate pela superação da atual direção deverá se constituir como parte da luta pela libertação dos sindicatos em geral das mãos das burocracias, que hoje servem de correia de transmissão dos interesses da burguesia no seio dos oprimidos. Trata-se de uma árdua tarefa.

Nós, da Corrente Proletária na Educação/POR, chamamos a vanguarda com consciência de classe a defender essa linha programática no interior do SINPEEM e junto à categoria. Fazemos um chamado específico às correntes que compõem a Unidade da Oposição, grande parte agrupada no PSOL, para que se posicionem sobre a necessidade de uma unificação, ampliação e fortalecimento do polo oposicionista no interior do sindicato, com base nas consignas de democracia e independência no SINPEEM.

## São Paulo

### Boletim da Corrente Proletária na Educação – UFABC

O Boletim de fevereiro traz em sua política operária a posição revolucionária diante da tentativa de golpe do dia 8 de janeiro. Mostra que as tendências golpistas já vinham se gestando. Coloca que somente a classe operária pode dirigir um movimento de maioria oprimida contra a ultradireita e denuncia as direções que se submetem à governabilidade burguesa em nome da “democracia”. Finaliza com as bandeiras: “Abaixo a tentativa de golpe de Estado! Pela luta independente da classe operária por seu programa e estratégia própria de poder! Constituir uma oposição revolucionária ao governo Lula!”

Em seguida, traz a seguinte matéria: “Assembleia Estatutária do SinTUFABC: é necessário rechaçar as reuniões, assembleias e eleições virtuais!”. Nela mostra que o principal objetivo da assembleia estatutária de 2 de fevereiro é o da oficialização da virtualidade, por meio da institucionalização de reuniões, assembleias e eleições remotas. A virtualidade se alastrou na pandemia e com a política das direções sindicais, de fechar as portas dos sindicatos, jogou o movimento na paralisia. Denuncia que o teletrabalho em implantação divide e enfraquece a categoria, além de prejudicar o funcionamento da universidade pública, por isso não pode ser justificativa para institucionalizar a virtualidade no SinTUFABC. A virtualidade nunca serviu para fortalecer os sindicatos e ampliar a participação real dos trabalhadores. Ao contrário, serve ao burocratismo, não ao classismo, dissipa a força coletiva dos trabalhadores. É incapaz de erguer a força coletiva social necessária para conquistar as reivindicações, por meio dos métodos próprios dos trabalhadores, da ação direta, das manifestações de rua, piquetes, ocupações, greves, etc. Denuncia inclusive os perigos

das eleições virtuais que, além de comprometer a lisura do processo, desvincula a eleição do movimento vivo, enfraquecendo a ação política da vanguarda desde o local de trabalho. Conclui com as bandeiras: “Votemos contra as reuniões, assembleias e eleições remotas! Em defesa da organização e métodos próprios dos explorados!”

Traz uma terceira matéria para levantar outros problemas da proposta de mudança estatutária, sob o título “discutir e preparar, antes de mudar o estatuto”. Mostra que há problemas como no ponto de “sanções disciplinares”, onde há um acréscimo de texto demasiado genérico, que inclui todos os associados e não só a diretoria sindical, e chama a atenção da importância da cautela e da necessidade de ampla discussão para realizar uma mudança estatutária. Outro ponto é a exigência de no mínimo 40% de mulheres nas chapas e na Coordenação Executiva: trata-se de uma tentativa de resolver um problema político, da baixa participação de mulheres, na vida sindical, por meio de uma medida administrativa, o que pode acarretar artificialismos e distorções. Nesse a incoerência dessa proposta por constar cláusula transitória fazendo a validade desse ponto só a partir de 2024. Finaliza defendendo buscar resolver o problema de baixa participação sindical, objetivando garantir o funcionamento do sindicato, sem, no entanto, abrir mão dos métodos próprios dos trabalhadores. De que é preciso promover discussões para amadurecer as futuras propostas de mudanças e rejeitar a dispersão dos trabalhadores na virtualidade.

Por fim, coloca uma breve nota contra a guerra de dominação na Ucrânia, em defesa de seu fim e por uma paz sem anexação.

## Paraná

### Boletim da Corrente Proletária na Educação na retomada do período letivo 2023

Na retomada das aulas na UEL, a Corrente Proletária na Educação elaborou e distribuiu o primeiro boletim de 2023, aproveitando para divulgar os livros, folhetos, revistas e o jornal do Partido na banca.

Nesta edição, alertamos a comunidade universitária para não alimentar nenhuma ilusão no governo burguês do Lula/Alkmin e defender a independência do movimento estudantil (ME) ameaçada pelo alinhamento quase total das correntes ao governo do

PT. Chamamos também a enfrentar desde o início desse governo a orientação privatista que já se desenha desde as suas primeiras medidas. Reafirmando a nossa defesa do ensino público e gratuito, que exige como consequência a necessidade de estatização de todo o sistema privado, constituição de um único sistema público e gratuito, sob controle de quem estuda e trabalha.

Também defende a necessidade do movimento estudantil do Paraná enfrentar a LGU – Lei Geral das Universidades, legislação recente com a qual o governo de Ratinho Jr. pretende a redução de custos, diminuição do quadro de professores e funcionários etc. Essa necessi-

dade decorre da constatação de que as burocracias universitárias não só não enfrentarão o governo como colaboraram com ele na aprovação e implementação da lei. Daí que somente o movimento estudantil pode assumir a defesa da autonomia universitária, não a autonomia formal da CF, nem a autonomia das reitorias usarem os recursos como lhes convêm. A autonomia que o movimento estudantil deve defender é a autonomia como autogoverno, o que significa a defesa do governo tripartido, ou seja, constituído por estudantes, docentes e técnicos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, ao voto universal e à revogabilidade do mandato por aqueles que o elegeram.

## Intervenção do POR na 17ª Plenária Nacional do SINASEFE

Conjuntura de crise econômica e política colocará o governo em choque com as necessidades das massas: Nenhuma confiança no governo Lula/Alckmin! Confiar em nossas próprias forças!

A tendência de recessão econômica mundial, prolongamento da guerra na Ucrânia e oposição direitista, fez com que o governo Lula/Alckmin nascesse submetido ao grande capital e às oligarquias políticas. Sua governabilidade dependerá de garantir os interesses econômicos destes setores. Por isso, as organizações de massas não podem se subordinar a estes objetivos. Precisam se organizar em torno de suas reivindicações e métodos, inclusive para enfrentar o golpismo da ultradireita.

O episódio do dia 08 de janeiro indicou que o governo Lula enfrentará desde os primeiros dias uma profunda crise política. A polarização eleitoral entre Lula e Bolsonaro nasceu no seio da burguesia, dividida entre uma ala que queria a permanência da ultradireita no governo e outra que esteve por sua remoção e confluuiu com a candidatura de Lula/Alckmin. No segundo turno, a frente ampla juntou do Itaú ao PSTU, de Amoedo ao Povo sem Medo. Participou desta frente centrais sindicais e sindicatos, inclusive o SINASEFE Nacional e suas seções, de acordo com a defesa feita pela direção nacional (PSOL/PT) no 34º Congresso. Passadas as eleições, a ultradireita seguiu sua escalada golpista, arregimentando as classes médias e setores empobrecidos, sob o patrocínio de frações burguesas, e com a cobertura de militares e policiais.

As tendências golpistas da ultradireita devem ser enfrentadas como organização dos explorados em defesa de suas reivindicações, com os métodos de luta da classe operária. Sob o governo Lula, as direções sindicais já apontam que se subordinarão, valendo-se da justificativa de garantir a governabilidade de Lula contra as tentativas de golpe da ultradireita. Ainda na transição do governo, as centrais e sindicatos se reuniram com o governo Lula/Alckmin, para dizer a Lula que não querem a revogação da reforma trabalhista, defendem apenas a repactuação de alguns pontos. Todas usaram a estrutura sindical para iludir os trabalhadores que o novo governo vai resolver seus problemas. Essas burocracias sindicais, agora, estão na base de apoio do governo, vão colocar em primeiro plano a defesa da governabilidade de Lula. Para isso, precisam impedir a luta dos trabalhadores por suas reivindicações. Amarram os trabalhadores com a política de conciliação de classes.

O agravamento da crise impedirá que o governo Lula resolva o desemprego, a miséria e a fome que assolam a maioria oprimida. Se as organizações dos explorados não apontarem o caminho da defesa dos empregos, salários e direitos pelos métodos próprios de luta, sem ficar permanentemente aguardando a negociação e migalhas de Lula/Alckmin, os oprimidos serão arrastados pela

política da ultradireita. Por isso, a CPE/POR defende que a 178ª Plenária do Sinasefe se coloque por construir uma oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin. Que convoque às centrais, sindicatos e movimentos populares a organizarem um verdadeiro dia nacional de luta, com paralisações e bloqueios, pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Que as assembleias de base sejam realizadas e comitês de base sejam constituídos como preparação para um Dia Nacional de Luta em defesa do programa próprio dos explorados. Por uma oposição revolucionária contra os ataques do governo e de combate às tentativas golpistas da ultradireita!

### Pela Independência política e organizativa do Sinasefe!

O governo se constituiu como uma frente ampla, mas o seu programa é bem estreito. Está comprometido até o pescoço com a “responsabilidade fiscal”, e sustentação do parasitismo da dívida pública. Se adequará às falsas soluções do imperialismo para a crise climática, substituindo, no máximo, o garimpo ilegal pela mineração “sustentável”; e recobrando com uma máscara verde o velho agronegócio. Manterá a precarização trabalhista e previdenciária, o salário mínimo de fome, e o desmonte da educação pública. Não reverterá as privatizações, e impulsionará as modalidades privatistas das concessões e PPPs. Suas medidas compensatórias serão cada vez mais limitadas, mas terão como contrapartida a maior estatização e burocratização das centrais, sindicatos e movimentos sociais. Convivem no governo, com grande disparidade na distribuição de recursos e poder, nomes ligados a milícias e a Marielle Franco; a povos indígenas e ao agronegócio; às periferias e às empreiteiras; ao movimento feminista e ao obscurantismo religioso; aos direitos humanos e ao militarismo. A incorporação de lideranças em cargos não implicará o atendimento das reivindicações fundamentais da classe operária, camponeses, indígenas, negros, mulheres, LGBT e juventude. É um disparate oportunista a tese de que esse é um governo em disputa!

A repressão contra setores da oposição de ultradireita não ficará restrita a eles. Está proibido fazer manifestações de rua, e a greve dos entregadores por aplicativo foi cancelada por intervenção direta de Lula. Qualquer tentativa de luta de nossa classe, se não for abortada na origem, será atacada pelo governismo como se fosse funcional ao golpismo. Ficando isolada, será mais facilmente reprimida pelo Estado. Vale lembrar que Alexandre de Moraes e Alckmin foram parceiros na brutal repressão à onda de ocupações de escolas contra a Emenda Constitucional do Teto de Gastos e a Reforma do Ensino Médio.

Política da direção do Sinasefe é de imobilismo e

capitulação! Por uma campanha salarial de luta!

Os últimos anos foi de adaptação da política da direção do Sinasefe (PSOL/PT) à política burguesa. Diante de ataques aos servidores e aos serviços públicos, o Sinasefe (juntamente com o FONASEFE) atuou colaborativamente para a passividade dos trabalhadores. A direção do Sinasefe afirmava “combater Bolsonaro nas ruas e nas urnas”, mas na prática o governo ficou com as mãos livres durante todo o governo para fazer todo tipo de ataque, sendo o maior deles a reforma da Previdência.

Sob a pandemia, a política burguesa do “fique em casa” serviu para suspensão da greve aprovada em março de 2020 na plenária unificada do FONASEFE e impôs à categoria a passividade dos métodos virtuais de organização e mobilização. O que contribuiu para o governo ultradireitista de Bolsonaro manter os salários congelados, impor portarias que atacam o direito de mobilização dos servidores (a exemplo da IN 54) e estrangular o quanto pôde o orçamento dos IFs e Universidades. A reação do Sinasefe, junto às frentes em que atua, foi a de não convocar a categoria à luta. Não houve uma verdadeira campanha salarial; só se falou de greve como blefe, e quando algumas seções levaram a sério (maio de 2022), a direção nacional defendeu a suspensão da greve em plenária virtual; a mobilização da categoria se resumiu a “atos” por delegação, para fazer pressão parlamentar em Brasília.

A manutenção dos métodos virtuais expressa o grau de burocratização sindical. Apesar de ter voltado o trabalho presencial em toda rede, ainda há direções de seções que mantêm as assembleias virtuais, a exemplo do Sindsifpe (IFPE). O último dia nacional de mobilização, chamado pelo FONASEFE pela campanha salarial, foi virtual (31/01/23), a direção nacional chamou a base para uma live, que teve participação de deputado federal. Isso mostra que ainda é preciso defender a retomada dos métodos presenciais de organização e luta em nosso sindicato. As direções se utilizam dos métodos virtuais para manter o imobilismo da categoria, enquanto utilizam do sindicato para sustentar o governo Lula/Alckmin.

Campanha Salarial dos servidores federais – Que o Sinasefe organize a luta desde já!

A campanha salarial virtual e de pressão parlamentar por parte das direções dos sindicatos dos servidores federais mostram o caminho da derrota. A direção do Sinasefe defende um rebaixado “reajuste linear emergencial”, negociando com o governo apenas as perdas do período do governo Bolsonaro, indicando 26,94%, juntamente com o FONASEFE. Este índice foi discutido e definido apenas pela burocracia das entidades.

A abertura da Mesa de Negociação entre Governo Federal e entidades do funcionalismo público, a partir de 07 de fevereiro, é anunciada pelas direções como uma grande vitória para categoria. Ao mesmo tempo, as direções já avisam que será uma mesa “permanente”, indicando que será utilizada como forma de manter na passividade os servidores, que serão conduzidos a aguardarem os resultados desta Mesa.

A luta pelo salário deve se vincular à defesa dos IFs e da Educação Pública. Diante do estrangulado orçamento, avança a ingerência das oligarquias regionais nos IFs. Em alguns campi, a gestão apela ao pedido de “esmolas” aos deputados. Alguns gestores chegam ao ponto de indicar à comunidade acadêmica que evitem críticas ao parlamentar, para não perder o “apoio”. E, desta forma, são naturalizadas a negação da responsabilização do Estado com a Educação Pública e a corrupção de gestores pela oligarquia política regional.

Para responder à falta de orçamento, é preciso que o sindicato convoque todos os servidores (substitutos e efetivos), estudantes e terceirizados, que são duramente afetados com os cortes. A CPE/POR defende que a 178ª Plenária aponte uma campanha salarial ativa, com assembleias nos campi, que reúna servidores efetivos, contratados e terceirizados pela organização da luta em defesa dos salários. Responder à precarização do trabalho: Pela efetivação de substitutos e terceirizados, sem necessidade de concurso! Por uma campanha salarial unificada dos explorados: Que as centrais e sindicatos convoque plenárias que aponte o caminho da luta de todos os explorados em defesa dos empregos, salários e direitos!

## Realizado o 41º Congresso do Andes-SN (Sindicato Nacional de Docente do Ensino Superior)

*Abaixo publicamos o pronunciamento da Corrente Proletária na Educação/POR no Congresso do Andes, que se realizou entre 6 e 10 de fevereiro, em Rio Branco, Acre. No próximo jornal Massas apresentaremos um balanço. Além da exposição da tese sobre a conjuntura, publicamos uma moção de apoio ao levante operário e popular no Peru.*

### Pronunciamento do POR

Esta fala é em nome da corrente proletária na educação.

Nós partimos da caracterização de que temos algumas tarefas centrais para esse Congresso responder. Uma delas é como reconstituir a unidade da maioria oprimida. Passamos por um processo de polarização, de divisões e uma divisão interburguesa, uma divisão entre interesses próprios da burguesia, que estava vendo qual seria o governo que conduziria o seu interesse no próximo período.

Essa divisão, que não nasceu no seio dos explorados, que não

é uma divisão entre opressores e oprimidos, penetrou no meio dos explorados, os dividiu, seja pela arregimentação realizada pelas direções dos movimentos, seja pelas igrejas evangélicas.

Então a tarefa está em como garantir a unidade da maioria oprimida. E o caminho para isso nos leva à segunda tarefa, que é a conquista da Independência política e organizativa das organizações dos trabalhadores. É preciso a independência para poder colocar essas organizações a serviço da luta pelas reivindicações das massas, e não substituir a luta pelos empregos, pelos salários, pelos direitos, por terra para camponeses e indígenas, pela tarefa de garantir a sustentabilidade do governo burguês de Lula/Alckmin. Então, para garantir a unidade da

maioria oprimida é preciso que se coloque em movimento. A maioria vai se colocar em movimento se for chamada a lutar pelas suas reivindicações.

A análise da conjuntura também precisa ver em que cenário nós nos movemos. Porque muita promessa foi feita nas eleições, de que o povo ia ser feliz de novo, de que tudo seria resolvido, de que as derrotas do último período seriam superadas. Mas quais são as tendências concretas? O que se prognostica em relação à economia mundial? Podemos esperar mais uma crise econômica profunda nas principais economias. Sabemos como as potências arrastam os demais países. O que se coloca também: a continuidade da guerra na Ucrânia. Estamos no momento diante de vários conflitos bélicos, mas um deles tem como embrião a possibilidade de desembocar numa terceira guerra mundial.

As consequências mais imediatas do prolongamento da guerra têm levado à alta do custo de vida no mundo inteiro. Tendências à alta inflacionária vêm se confirmando.

É nesse cenário que o governo Lula vai se mover, portando, um cenário mais restrito do que foram os anteriores em que o PT se apoiou para governar. Mas as tendências não são só de ataque da burguesia à vida dos explorados. As tendências também são de luta, nesse momento ocorre uma importante greve geral na Europa. Na França, contra a reforma da Previdência de Macron; na Inglaterra a greve geral contra a alta do custo de vida. Lutas no Peru mostram como é que se enfrenta os golpistas nas ruas. Queria aqui chamar uma salva de palmas. Viva a resistência do povo do Peru! (Aplauso do plenário)

É com base nessas tendências que temos de nos apoiar. Não podemos aceitar que as organizações sindicais, as direções dos movimentos por terra, moradia, abandonem as reivindicações, abandonem os nossos métodos históricos de luta. É interessante ter aqui os companheiros do Dieese, porque já houve um passado em que era a bandeira do movimento operário em geral, inclusive do PT e da CUT, a defesa do salário mínimo do Dieese, um salário necessário para uma família trabalhadora viver, que hoje está calculado em mais de R\$ 6.500,00. As centrais e os sindicatos continuam defendendo esse valor? Não! Trocaram pela valorização a conta-gotas do salário mínimo, que significa manter a maior parte da população na miséria e na fome.

No passado, o movimento sindical se colocava contra, inclusive, a hora extra, porque se tem trabalho a mais, para mais gente poder trabalhar. Divisão das horas de trabalho e estabilidade do emprego, faziam parte das reivindicações levantadas pelo movimento sindical. Todas essas bandeiras foram abandonadas, e esse abandono, no momento atual, tem significado a canalização das lutas para o terreno puramente eleitoral.

Muito se disse que era preciso derrotar Bolsonaro. Se falava de derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas. Mas o que vimos foi uma política de subordinar qualquer ato de rua a uma tática de desgaste eleitoral. Assim, não tivemos uma luta a sério, a fundo, para impedir a maior destruição de direitos trabalhistas, que foi a reforma trabalhista. Não houve uma luta séria para impedir a reforma da Previdência, que resultou em um golpe profundo sobre as condições de existência dos trabalhadores. E falavam “não, mas espera, espera 2022, espera outubro”. Aí se esperou.

E, agora, o que as centrais sindicais fazem, quando se reuniram no dia primeiro de dezembro com Lula? Dizem: “Lula, não se



*Nesse Congresso foram lançadas as chapas para a eleição do sindicato. A Corrente Proletária na Educação junto à Aliança Revolucionária dos Trabalhadores lançou a chapa nº 4 “ANDES-SN CLASSISTA”: Romper a capitulação para lutar por salários, direitos e pelo socialismo. Na próxima edição do Jornal Massas apresentaremos o programa da chapa.*

preocupe, não queremos a revogação da reforma trabalhista e da previdência”. Isso é mais uma profunda traição, isso tinha que ser denunciado, e rechaçado, porque trai o trabalhador que está no setor privado, que sabe o ataque que foi a reforma trabalhista e tem ódio dessa reforma. Qual o trabalhador que não faz as contas e sabe que vai morrer antes de poder se aposentar? Isso está mostrando o que significa submissão do movimento ao Estado, à política burguesa.

Há um objetivo que é estranho à necessidade da maioria explorada. É subordinar o movimento ao objetivo de sustentar o governo. Mas como um governo burguês se sustenta? Ele se sustenta até o momento em que consegue garantir os interesses do capital financeiro. Ele se sustenta até o momento em que garanta os interesses das maiores frações do capital. Então, se os sindicatos subordinarem o movimento a esse objetivo, vão continuar nessa vala comum.

A vala comum que os trabalhadores foram colocados, quando, na Pandemia, em vez de lutar contra o fechamento das fábricas, pelos empregos e salários, as direções canalizaram a revolta das massas para o eleitoralismo. Quando, diante de toda a mortandade da pandemia, confiou na direção da própria burguesia a resposta à crise. E ela descarregou as duras consequências sobre as massas que perderam milhares de vidas, e perderam ainda mais direitos com a MP936. Portanto, é preciso romper com essa política de conciliação, de capitulação. Precisamos lutar a sério.

Inclusive, nas universidades, para os professores se colocarem em movimento, o sindicato tem de lutar pelos salários. O Andes também se subordinou a esse caminho do eleitoralismo e substituiu a luta pela arregimentação eleitoral. A greve que foi chamada não passou de um blefe, não houve construção pela base, uma construção real. Precisamos recuperar os nossos métodos, as nossas reivindicações, não abrir mão de fazer as nossas greves, nossas ocupações, porque essa é a via para conquistar os nossos direitos, para enfrentar o golpismo, com independência de classe, e, inclusive, porque sabemos que esse governo vai atacar os trabalhadores para preservar os interesses do capital. Eis por que temos de estar em alerta, construindo um caminho de independência de classe.

Para finalizar, aqui cantamos o hino da Internacional. Não se deve usar os símbolos da luta revolucionária como ritual. No hino se diz “senhores, patrões chefes supremos, nada esperemos de nenhum”. E depois diz “ façamos nós por nossas mãos tudo o que nos diz respeito”.

## Moção apresentada no Congresso

### **VIVA A INSURREIÇÃO DO POVO PERUANO!**

#### ***Abaixo o governo golpista de Dina Boluarte!***

#### ***Pelo fim imediato da repressão!***

A Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru convocou para hoje, dia 09 de fevereiro, uma greve geral nacional. As exigências são, entre outras, de renúncia da presidenta Dina Boluarte e fim da repressão aos protestos.

O povo peruano tem resistido bravamente ao golpe. As manifestações partiram das organizações comunitárias de indígenas e camponeses. Suas assembleias decidiram bloquear as estradas e marchar para Lima. Apesar da brutal repressão, o movimento ganhou apoio nacional, com manifestantes de várias localidades, que se deslocaram para a “tomada de Lima”. O movimento desenvolve inúmeras medidas de ação direta e se defende da brutal repressão, que já matou mais de 60 manifestantes e feriu mais de 700.

Os estudantes das universidades peruanas têm se somado aos protestos. A Universidade de São Marcos, que estava abrigando os camponeses e indígenas, foi invadida e ocupada por tropas do exército.

Mediante o pretexto de combater o terrorismo, o governo golpista derrama sangue de trabalhadores, camponeses pobres e indígenas que ocupam as ruas na luta contra a inflação, por salário, contra a invasão aos seus territórios e o saque das riquezas naturais.

Soma-se a essas exigências a renúncia imediata de Dina Boluarte e a dissolução do Congresso Nacional igualmente golpista e repleto de fujimoristas, os mesmos que no passado foram responsáveis por milhares de assassinatos e desaparecimentos de trabalhadores no campo e na cidade.

Manifestamos nossa total solidariedade à rebelião popular no Peru. Nos somamos à exigência de fim da repressão aos lutadores e atendimento de suas reivindicações.

Desde o Brasil, nos colocamos ao lado das massas peruanas e nos somamos às suas lutas que também são de toda a classe operária latino-americana. E convocamos as centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais a também manifestarem seu apoio político.

#### **Assinam:**

*Corrente Proletária na Educação – Partido Operário Revolucionário*

*Aliança Revolucionária dos Trabalhadores*

## Debate

# **Publicamos abaixo a intervenção do POR no debate realizado pela TV A Comuna, 26 de janeiro de 2023**

As manifestações golpistas de 08 de janeiro de 2022 foram um marco importante da profunda crise política que se manifesta no Brasil desde a captura das manifestações de 2013 pela direita; passa pela contestação de Aécio ao resultado eleitoral de 2014 e é agravada com o golpe de 2016. Há um elo de antecedentes que conectam várias ameaças golpistas. Destacaremos alguns:

As falas de Mourão em 2017; o tweet do general Vilas Boas, em 2018 às vésperas do julgamento do STF quanto ao habeas corpus de Lula. Sob o governo Bolsonaro, houve várias manifestações em defesa de uma intervenção militar sob o seu comando (nos atos de 7 de setembro, nas motociatas etc.); houve choques entre as instituições burguesas na condução da pandemia; e questionamentos sobre as urnas eletrônicas e defesa do voto impresso. Passadas as eleições, com a vitória de Lula por uma pequena margem de votos, o desconhecimento do resultado eleitoral se materializou nos bloqueios de estradas por caminhoneiros; na ação do PL pela invalidação de milhões de votos; acampamentos em frente aos quartéis; sedição em Brasília no dia da diplomação de Lula; e resistências do alto comando das Forças Armadas em participar da posse.

O fato de a ultradireita não encontrar as condições para triunfar em sua tentativa de golpe nos leva a configurar os atos em Brasília como uma aventura. A repressão estatal não é capaz

de eliminar as raízes do golpismo que se ligam à resposta da burguesia à desintegração do capitalismo e que estão profundamente arraigadas em nossa formação social que pariu uma democracia oligárquica, instável, sob a tutela dos militares.

O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, para se manter de pé, depende, fundamentalmente, do atendimento aos interesses do capital financeiro e das oligarquias políticas. A amplitude da frente traz para dentro do governo uma série de expectativas de frações da burguesia, que não terão como ser atendidas no fundamental. Em um cenário em que o FMI prognostica uma nova recessão nas principais economias do planeta e a guerra da Ucrânia se prolonga, manter a centralização política será um imenso desafio.

Outra âncora da governabilidade é a contenção da luta de classes. As direções das centrais sindicais, movimentos sociais e estudantis se empenharão em bloquear as manifestações da luta instintiva das massas em defesa de seus empregos, salários, direitos, terra, enfim, de suas vidas. O desafio dos revolucionários é contribuir para que a classe operária conquiste sua independência de classe, o que depende de se colocar em movimento em torno de uma plataforma de reivindicações e de combater as ameaças golpistas sem apoiar o governo, sem se iludir com suas promessas e saídas institucionais.

Em síntese, essa é a linha que vou desenvolver em nosso debate.

O 8 de janeiro evidenciou a existência de uma ultradireita que conspira para viabilizar um golpe de Estado. Que mantém uma ampla camada das classes médias mobilizada e radicalizada, sobretudo seus estratos mais abastados. Estratos que têm inserção entre militares e policiais, inclusive em altas cúpulas, que só não tomaram a dianteira por não contarem com o aval de importantes setores da burguesia nacional e do imperialismo. Por isso se mantiveram como cúmplices e facilitadores.

Portanto, não é porque a tentativa de golpe fracassou que devemos minimizar o seu significado. Digo isso por algumas razões:

## Primeiro: A burguesia brasileira é carregada em sua história as tendências golpistas

A formação de nossa burguesia, atrelada ao latifúndio e submetida ao imperialismo, condiciona sua incapacidade para resolver as tarefas próprias de uma revolução burguesa. Isso marca a democracia burguesa no Brasil com o ferro das oligarquias, com a profunda instabilidade e o recurso a várias modalidades de golpes e tentativas de golpes, civis ou militares.

O PT definiu como estratégia, em seus primeiros passos, a democratização do Estado burguês, porém é incapaz de livrar a democracia burguesa da tutela militar. Sua promessa de desoligarquizar o Estado, enfrentando as “elites”, foi abandonada. Para governar, o PT precisa se submeter às oligarquias, precisa se oligarquizar. O PT, em seus governos anteriores, comprovou sua incapacidade de alterar as relações ditatoriais que imperam no seio do Estado burguês semicolonial.

Por isso, o “brado” de Lula, na posse, de “DEMOCRACIA SEMPRE” não passa de frase de efeito. Só serve para desarmar as massas, que devem saber que enquanto o país continuar sob o comando e domínio da burguesia, a democracia será profundamente mutilada, sufocada pelos interesses forâneos, pelas oligarquias e pelos militares serviçais do imperialismo. Uma verdadeira democracia dependerá da classe operária fazer sua revolução e instituir seu próprio Estado e um governo da maioria nacional oprimida, um governo operário e camponês.

## Segundo: As ameaças golpistas não serão contidas pela repressão estatal

É uma tragédia que as manifestações de 9 de janeiro tenham sido colocadas a reboque da linha do governo de enfrentar o golpismo por meio da repressão estatal, tendo o STF à frente. Demonstra a completa ausência de independência de classe.

É de responsabilidade das direções reformistas e centristas, inclusive, o apelo à lei antiterrorismo. Somaram-se ao coro da mídia monopolista e das instituições burguesas de condenar os métodos por não serem pacíficos. Certamente, essa aplicação fortalecerá a repressão aos movimentos que não se enquadrarem no roteiro da conciliação de classes, da participação ordeira junto a ministros, parlamentares e conselhos. Não só a repressão estatal é insuficiente para conter o golpismo. Na realidade o golpismo está enraizado nas próprias instituições burguesas. São essas mesmas instituições, agora evocadas, que encabeçaram e avalizaram o golpe de

2016, usando os instrumentos ditatoriais presentes na própria democracia burguesa, como o impeachment, que permite que algumas centenas de parlamentares alterem a decisão do voto de milhões de eleitores.

O fato de as mesmas instituições burguesas que derrubaram o PT do poder terem tirado Lula da cadeia e restituído seus direitos políticos não muda em nada o fato de que podem recorrer a golpes futuramente. A frente burguesa em torno da “democracia e do Estado democrático de Direito”, que se manifestou no 11 de Agosto de 2022, com o aval do imperialismo norte-americano, manifesta tão somente que uma ala importante da burguesia considerava o governo Bolsonaro esgotado para seus propósitos e trabalharia para substituí-lo por um novo governo burguês. Também indicou às Forças Armadas que não poderiam incentivar uma aventura golpista.

A atuação das forças armadas e polícias como cúmplices e facilitadoras dos atos de 8 de janeiro demonstra que o golpismo continua encontrando no interior das forças de segurança pública o terreno para se gestar. O afastamento de militares bolsonaristas é incapaz de limpar o governo de golpistas, o próprio ministro da defesa José Múcio Monteiro mantém seus vínculos com os golpistas, o que explica sua proteção aos acampamentos e complacência diante da tentativa de golpe.

## Terceiro: As bases econômicas da direitização da política burguesa seguem vigentes

É um engano considerar que a direitização só se manifesta quando a variante mais à direita do espectro político da burguesia vence na disputa eleitoral. A raiz do fenômeno está na profunda crise econômica, ainda que não mecanicamente.

Foi a partir da crise de 2008 e da nova onda na luta de classes mundial, que emergiram as tendências de ultradireita, inclusive fascizantes, na política mundial, com Trump, Boris Johnson etc. Ante a necessidade de proteger seus lucros, há uma maior ofensiva do capital financeiro, levando a contrarreformas, destruição de direitos em larga escala, desproteção da força de trabalho, exploração mais predatória da natureza e recrudescimento da opressão sobre as nações semicoloniais.

A crise política que se expressou no golpe contra Dilma teve como base os impactos no Brasil da crise econômica mundial, coincide com a recessão econômica e as dificuldades de centralizar os interesses das frações burguesas. O imperialismo demandava contrarreformas mais profundas e aceleradas. O governo de conciliação de classes foi removido. Em seu lugar, instituiu-se a ditadura civil de Temer, que golpeou duramente as massas, com a PEC do Teto dos Gastos, Reforma Trabalhista e Lei da terceirização, além de intensificar a militarização da política.

A prisão de Lula e o fracasso eleitoral dos partidos orgânicos da burguesia abriram o terreno para a ascensão de Bolsonaro. Bolsonaro tinha como objetivo instalar uma ditadura bonapartista, amparada nas Forças Armadas. Não conseguiu, teve de governar junto com o Centrão. Mas, ao mesmo tempo, levou ao extremo a inserção dos militares no núcleo do poder em vários níveis do Estado e tensionou ao máximo os limites da democracia oligárquica.

A crise econômica, a pandemia, a guerra comercial e os realinhamentos no interior do imperialismo, produzidos pela desintegração do capitalismo mundial, e que se refletiram

pesadamente na América Latina, inviabilizaram o objetivo de Bolsonaro constituir uma ditadura bonapartista. Mas, não o impediram de potenciar a ultradireita, apoiada em setores capitalistas internos, em estamentos das Forças Armadas e da Polícia e nas camadas mais ricas da classe média.

É importante compreender que a resposta burguesa à crise, com a destruição massiva de forças produtivas, não se implementou integralmente, mesmo com os vários anos de crise, fechamento de fábricas, e toda a mortandade da pandemia. A guerra comercial entre EUA e China pode se converter em enfrentamento bélico e a guerra da Ucrânia, que passou de 11 meses, pode extrapolar as atuais fronteiras em que se desenvolve.

A desintegração do capitalismo alimenta as tendências direitistas. Aos governos que se apresentam como “progressistas”, “reformistas”, “nacionalistas” etc. coloca-se o dilema: ou se diretizam e encarnam as contrarreformas (podendo ser abandonados pelas massas) ou resistem, mesmo que limitadamente, e podem ser removidos por golpes. Essas são as alternativas postas pela política burguesa.

## E a política proletária?

A classe operária permanece ausente da definição dos rumos da crise política. Ou seja, permanece arrastada pela divisão interburguesa em torno de Lula e Bolsonaro. Para conquistar sua independência de classe terá de romper as amarras da política de conciliação de classes, que foi responsável por domesticá-la após ter se erguido por suas reivindicações no fim da ditadura militar. A subordinação ao objetivo eleitoral do PT conteve sua radicalidade, sob o governo FHC, nos marcos da “oposição propositiva”.

Sob os governos petistas, alcançou um grau extremo de burocratização e estatização. Mesmo diante do golpe de 2016, o PT preferiu se submeter e se “defender” por meio das próprias instituições burguesas golpistas. Não colocou a classe operária em movimento, e nem poderia, dado seus compromissos com a política burguesa e seu objetivo de se recompor como instrumento dessa política.

A burocracia sindical foi responsável por garantir a governabilidade de Temer e Bolsonaro, pois mesmo diante de ataques de grande magnitude, como a Reforma Trabalhista e da Previdência, não mobilizaram a classe para derrubar as contrarreformas. Mesmo a greve geral de abril de 2017 foi desmontada no dia seguinte.

Ante a pandemia, fecharam os sindicatos, mesmo quando a classe operária continuava se aglomerando nos transportes, locais de trabalho e sofrendo não só com as contaminações e mortes, mas também com o fechamento de fábricas, demissões e reduções brutais em seus rendimentos. Só voltaram às ruas a reboque da farsa da CPI da Covid, com o objetivo de desgastar eleitoralmente Bolsonaro. Se subordinaram à frente burguesa em defesa da democracia e do Estado de Direito, junto com as golpistas FIESP e FEBRABAN. Submeteram os sindicatos ao

eleitoralismo e, agora, integram o governo e se colocam como fiadoras da governabilidade de Lula/Alckmin.

A reunião das centrais, exceto a CSP-Conlutas, com Lula, antes da posse, em que disseram que não queriam a revogação da reforma trabalhista e previdenciária, só ajustes, para não assustar o empresariado, mostra bem o custo, para as massas, da política de conciliação. Qual é o trabalhador que não sabe que a reforma trabalhista é uma grande desgraça, que ele está tendo que trabalhar mais, perdendo direitos, com o salário arrochado? Qual é o trabalhador que não fez as contas e viu que tem uma chance enorme de morrer antes de conseguir se aposentar? Essa fala dos representantes é uma profunda traição.

A reunião mais recente de Lula com as centrais mostra a necessidade da contenção da Luta de classes. A participação da CSP-Conlutas, por mais que tenha falado na revogação das contrarreformas, se dá como ala esquerda da burocracia sindical, não serve à denúncia da farsa de conciliação entre Capital e Trabalho, anunciada por Lula.

É preciso distinguir o rechaço ao golpismo do apoio ao governo de frente ampla. A classe operária, porém, só se colocará em movimento se for chamada a lutar por suas reivindicações mais sentidas para enfrentar a fome, miséria, desemprego, subemprego e superexploração etc.

As tendências objetivas do capitalismo em decomposição se colocam em favor do levante das massas. Ante o golpismo, o governo de Lula ficará ainda mais dependente do aval do imperialismo e mais preso aos partidos oligárquicos da frente ampla e das instituições burguesas (parlamento e judiciário). Não poderá reverter as contrarreformas e privatizações passadas. Encabeçará novos ataques, combinados com limitadas concessões e encobertos com as ações afirmativas. Manterá o salário mínimo de fome. Para se defender, a classe operária precisará romper o cerco das burocracias e as ilusões no caudilho Lula.

Nós, do Partido Operário Revolucionário, defendemos a necessidade de erguer a oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla, o que não se confunde em nada com a oposição de ultradireita. Temos trabalhado, no limite de nossas forças, para contribuir para que a classe operária se coloque em movimento; recupere seus métodos de luta, com a ação direta de massas, greves, bloqueios, ocupações etc; conquiste sua independência de classe; e lute, inclusive, por sua própria estratégia de poder: o governo operário e camponês, fruto da revolução proletária. Trabalhamos pela superação da crise de direção. A resposta proletária ao golpismo significa, portanto, se opor à derrubada, pela via totalitária, do governo eleito, mas não significa sustentá-lo e nem deixar de combatê-lo sob a estratégia da revolução proletária.

Assista ao debate acessando pelo QR code ao lado ou pelo link abaixo:



[https://www.youtube.com/watch?v=h\\_5Re5111N0](https://www.youtube.com/watch?v=h_5Re5111N0)

## Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**

# Realizada a Conferência Regional do POR (Sudeste-Sul)

4 de fevereiro de 2023

No dia 04/02, em São Paulo, realizou-se a Conferência Regional do POR do Sudeste-Sul, que contou com a presença da militância dos estados em que o partido atua, além de simpatizantes e contatos. A Conferência do Sudeste-Sul acontece na sequência da Conferência do Nordeste, realizada nos dias 14 e 15 de janeiro, em Fortaleza. O POR, dessa forma, vem realizando com regularidade suas Conferências Regionais, que têm a função de debater e fixar a linha política regional e discutir o balanço da intervenção do último período.

Antes do início da apresentação e discussão das Resoluções e balanços de atividades, foi lançado o livro “Guerra na Ucrânia (Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário)”. O expositor discorreu sobre a importância da campanha sistemática do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra. E explicou suas raízes de classe, para demonstrar que somente o proletariado poderá impor uma paz sem anexação e pelo fim do cerco imperialista à Rússia. Ressaltou o acerto do conjunto das bandeiras que foi sendo constituído na medida em que os acontecimentos iam se desenvolvendo. Concluiu com um chamado à Conferência a fortalecer a campanha com o livro, que é uma arma do proletariado, que, em algum momento, se levantará e se unirá contra a guerra de dominação. A Conferência se realizará sob a bandeira de fim da guerra e da paz sem anexação.

Na Conferência, foram discutidos e aprovados os balanços de atividades do RJ, RS/PR, da Coordenação de SP, da comissão de mídia, da comissão operária, da comissão de educação e do movimento estudantil. Além disso, foi discutida a Resolução sobre a situação nacional, e aprovada uma emenda que será enviada ao Comitê Central. Aprovou-se uma resolução sobre o trabalho operário e uma sobre a Educação.

A Conferência esteve marcada por uma firme disciplina, com a militância concentrada na tarefa de debater crítica e autocriticamente os problemas políticos fundamentais da penetração do partido entre os explorados, o desenvolvimento da propaganda revolucionária, a elaboração coletiva do jornal, o funcionamento partidário, entre outros. O elevado nível político das exposições e do debate sobre as resoluções e balanços, mostrou um partido vivo e compenetrado na tarefa de desenvolver a política marxista-leninista-trotskista nas frentes de atuação. O rico balanço da intervenção nos movimentos e do trabalho coordenado pelas comissões partidárias permite concluir que, apesar da recente cisão promovida por ex-camaradas, o partido sai, politicamente, fortalecido de suas Conferências Regionais com uma compreensão ainda mais elevada do caráter leninista do partido, do funcionamento centralista democrático, da natureza do liquidacionismo etc.

A discussão em torno aos documentos apresentados e aprovados (alguns com emendas) mostrou que o partido cumpriu a tarefa de estudar e preparar previamente nas células. O Informe da Coordenação de São Paulo permitiu discutir a importância do jornal Massas, as campanhas do partido na regional, os cursos de formação, o autofinanciamento e o importante trabalho da comissão de mídia. Três pontos se destacaram nos debates da Conferência do Sudeste-Sul: a discussão sobre a resolução nacional, o trabalho operário e a intervenção na educação/movimento estudantil.



A exposição da resolução nacional e o debate em torno a ela foram complementados pelos acontecimentos do dia 08 de janeiro em Brasília. Confirmou-se que a eleição de Lula abre uma nova etapa de crise política, que ganhou impulso desde o golpe de 2016 (impeachment de Dilma) e que tem por base a profunda crise econômica, expressão da desintegração mundial capitalista. A decisão de Lula/PT de montar um governo de frente ampla expressou a profunda divisão interburguesa. O governo burguês de Lula/Alckmin não poderá repetir o feito dos anteriores governos petistas de Lula e não tem como ir muito longe no assistencialismo. O debate reafirmou o acerto da consigna de “oposição revolucionária” ao governo de colaboração de classes e concluiu com a necessidade de lutar pela independência dos explorados com as reivindicações e métodos próprios da classe operária.

A necessidade de fortalecer o trabalho na juventude, incluindo reconstruir o trabalho na USP e retomar a intervenção junto aos secundaristas foi bastante discutida. Nas diferentes regionais em que o partido atua, o trabalho nas universidades (UFABC, UFF etc) tem mostrado a importância de ganhar a juventude oprimida para as ideias revolucionárias, assim como a necessidade de corrigir as falhas na intervenção, especialmente a elaboração de boletins que melhor expressem a política proletária para a universidade.

Na educação, a resolução e o balanço da comissão do partido procuraram mostrar a importância do combate ao EaD (ex-crescência do capitalismo) que continua a se expandir e ganhar força, expressando a pressão dos grupos privados da burguesia. A experiência de São Paulo com o processo de implantação acelerada do PEI (Programa de Ensino Integral), criado sob os governos do PSDB e mantido pelo governo Tarcísio Freitas/Republicanos, também esteve no centro da resolução. Sobre estes dois pontos principais da resolução, a Conferência realizou uma rica discussão que mostrou o acerto da linha desenvolvida pelo partido no combate à destruição do ensino levada a cabo pelos governos.

O informe da comissão operária e a discussão da resolução

ção apresentada mostraram o quanto o partido avançou em sua compreensão sobre o trabalho operário. A Conferência do Sudeste-Sul, e, no mesmo sentido, a Conferência do Nordeste demonstraram que a etapa anterior de discussão abstrata no partido, vem sendo superada, dando lugar à avaliação concreta de como o POR tem intervindo junto às fábricas. Nos debates da Conferência do Sudeste-Sul, verificou-se como o partido tem acompanhado as greves operárias e se enfrentado com a burocracia sindical, discutindo a ampliação da tiragem do Boletim Nossa Classe, melhor caracterizado o lugar da burocracia sindical como freio da luta de classes. A discussão realizada no plenário mostrou o acerto da comissão operária em coordenar as ações gerais das células na campanha contra o fechamento de fábricas, na defesa da bandeira de ocupação das fábricas, na luta contra os acordos de demissão e redução de salários, lay-off, PDV etc.

As Conferências Regionais realizadas pelo POR têm mostrado um partido com maior penetração na luta de classes, com maior inserção nas lutas dos explorados e voltado ao proletariado. As Conferências mostraram também o avanço na elaboração coletiva e na formação dos quadros revolucionários. A profunda decomposição capitalista e a barbárie sem fim, que recai sobre imensas camadas das massas, precisam ser respondidas com a defesa da independência de classe e a construção do partido revolucionário. Eis por que o POR convoca a os trabalhadores conscientes e a vanguarda classista a fortalecerem o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e a construir o Partido Operário Revolucionário no Brasil.

A Conferência se encerrou com a leitura do Manifesto e com os presentes de pé e punhos cerrados cantando o hino da Internacional Comunista. O camarada que fez o encerramento chamou os militantes a dar um Viva às Conferências Regionais do POR.

Publicamos abaixo o Manifesto das Conferências Regionais

## **Manifesto das Conferências Regionais do Partido Operário Revolucionário (POR)**

*À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida*

**Diante da profunda crise mundial, a tarefa da vanguarda revolucionária se concentra na luta pela superação da crise de direção**

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a presente guerra na Ucrânia emerge como o acontecimento mais importante. O Partido Operário Revolucionário (POR) realizou suas Conferências Regionais nos marcos da crise mundial que coloca o risco de o confronto militar, que se desenvolve em solo ucraniano, ultrapassar suas fronteiras e envolver a Europa.

A invasão da Ucrânia pela Rússia completará um ano em 24 de fevereiro. Tudo indica que o prolongamento do conflito se

estenderá por mais tempo. É do interesse dos Estados Unidos e da Inglaterra, principalmente, que dure o quanto for necessário, desde que favoreça os objetivos estratégicos do imperialismo.

O sacrifício do povo ucraniano e a ruína econômica do país expressam perfeitamente a denúncia do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), de que os Estados Unidos e os seus aliados europeus fizeram da Ucrânia bucha de canhão. E, ao mesmo tempo, confirmam que a Rússia restaurada pelo capitalismo se vale dos métodos das guerras de dominação da época imperialista, para resistir à ofensiva econômica e militar das potências, que necessitam apossar de toda a região, antes controlada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), liquidada em dezembro de 1991 pela contrarrevolução.

A última decisão das potências de entregarem ao governo ucraniano os tanques de guerra mais avançados corresponde a mais um capítulo das ações da OTAN, em não somente prolongar a guerra e torná-la mais feroz e destrutiva, como também intervir mais diretamente no desenvolvimento do confronto militar. A escalada bélica na Ásia, impulsionada pela guerra comercial dos Estados Unidos contra a China e pelo controle de Taiwan, por sua vez, completa o quadro da potenciação das tendências militaristas encarnadas pelo imperialismo.

O fato das potências europeias, em particular a Alemanha, se mostrarem limitadas em sua capacidade de colocar um freio nas ambições norte-americanas indica o estado adiantado de beligerância internacional. O conteúdo econômico, a natureza de classe e a dimensão da guerra na Ucrânia dão sinais do perigo que corre a humanidade de uma conflagração mundial.

Não se trata de alarmismo, mas sim da necessidade do proletariado e da maioria oprimida se colocarem de prontidão e em posição de luta contra a ofensiva do imperialismo na Europa Oriental e na Ásia.

A situação no Oriente Médio continua marcada pela preparação de uma confrontação mais ampla e profunda, envolvendo, sobretudo, o Estado de Israel, a Arábia Saudita e o Irã. A guerra internacionalizada que despedaçou a Síria - até hoje não concluída - já havia evidenciado que o imperialismo ampliaria seu raio mundial de ações militares, que, finalmente, levaram a OTAN a apertar o cerco à Rússia e, conseqüentemente, a provocar a guerra na Ucrânia.

Na base da potenciação das tendências bélicas, se encontram os impasses do capitalismo mundial após a Segunda Guerra. A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção - condicionadas pelos monopólios e pelo agigantamento do parasitismo financeiro - recolocou em um patamar mais elevado a disputa imperialista pelos mercados e pelas fontes de matérias-primas.

A longa pandemia e a guerra na Ucrânia alimentaram as forças objetivas da crise econômica, que recrudescer na forma de estagnação, inflação, empobrecimento generalizado das massas trabalhadoras e agravamento da fome. Aumentou-se exponencialmente a alta concentração de riqueza em poder da minoria capitalista, de um lado; e avançaram a pobreza e a miséria da maioria oprimida, de outro. De forma que as forças produtivas mundiais tendem a desintegrar-se, proliferando o desemprego e o subemprego.

A burguesia somente tem a oferecer as contrarreformas, que destroem antigos direitos trabalhistas e previdenciários, substituem as relações formais de trabalho pelas informais e mutilam a força de trabalho da juventude. É nessas condições

completamente adversas aos explorados e aos países de economia atrasada que os Estados Unidos e os seus aliados europeus promovem a guerra na Ucrânia e a escalada militar na Ásia.

A greve geral e as gigantescas manifestações na França contra os ataques do governo de Macron à Previdência, bem como a greve geral por aumento salarial na Inglaterra, também amparada em uma grande mobilização, ocorreram justamente quando o POR realizava as suas Conferências Regionais. Uma série de greves e protestos já vinham despontando-se em vários países europeus, assinalando o descontentamento dos explorados diante da alta do custo de vida e degradação das condições de trabalho. É necessário incluir nesse quadro convulsivo o esmagamento da revolta popular no Irã e o mais recente massacre desfechado pelo Estado sionista de Israel aos palestinos da Cisjordânia. No fundo desses acontecimentos, se encontra a guerra na Ucrânia, que, mais cedo ou mais tarde, levará o proletariado a se colocar abertamente diante da escalada militar, encabeçada pelos Estados Unidos e seguida pelas potências europeias. Esse é o caminho a ser percorrido pela classe operária e pelos demais trabalhadores. Somente as massas em luta podem responder à desintegração econômica do capitalismo, à guerra na Ucrânia e à ofensiva norte-americana contra a China.

Na América Latina, o levante no Peru das camadas mais sofridas contra o golpe de Estado, que destituiu e prendeu o presidente eleito, expõe à luz do dia as tendências convulsivas da luta de classes no Continente. A burguesia peruana, para proteger os seus interesses, recorreu à brutal repressão, que deixou um rastro de morte. A crise de poder, no momento em que o POR realizava as suas Conferências, não havia sido resolvida e os explorados mostravam-se dispostos a enfrentar a polícia e o exército nas ruas.

No Brasil, fracassava uma tentativa aventureira de golpe de Estado, levada a cabo por um setor mais radicalizado do bolsonarismo contra a posse de Lula na presidência da República. O fundamental desse fato está em que não foram os explorados que golpearam a ultradireita fascizante, que, portando, poderá se reorganizar nas condições de crise de governabilidade sob a direção de Lula e do PT. A classe operária e os demais explorados foram arrastados pela polarização eleitoral promovida desde cima pelas divisões interburguesas. As eleições e o desatino golpista evidenciaram o quanto a classe operária se encontra desorganizada e o quanto os sindicatos se tornaram órgãos da política burguesa de colaboração de classes.

Esse fenômeno vem se expressando amplamente na América Latina e em todo o mundo. É o que explica por que o proletariado e as massas trabalhadoras em geral ainda não se deram conta dos perigos da guerra na Ucrânia e da guerra comercial na Ásia. Suas organizações e suas direções políticas estão profundamente integradas ao Estado burguês. De forma que obstaculizam as tendências de luta dos explorados e canalizam as revoltas para as armadilhas da democracia burguesa em decomposição.

Os governos, no entanto, não têm outra diretriz senão a de descarregar a decomposição do capitalismo sobre as massas e reprimi-las, como se vê na França, no Irã, no Peru e em todas as partes. Os governos burgueses e pequeno-burgueses democratizantes, como o do Chile e o da Colômbia – os mais recentemente eleitos – somente têm a oferecer aos explorados a continuidade das contrarreformas estabelecidas pelos governos anteriores, francamente antioperários, antipopulares e antinacionais. Esse também será o destino do governo de frente ampla montado em torno a Lula.

É nos marcos das profundas contradições do capitalismo, que mais recentemente, após a Segunda Guerra, voltaram a emergir e a desenvolver as posições ultradireitistas e fascistas em nível mundial. Suas bases sociais se acham nas camadas da classe média amplamente ligadas a privilégios e interesses particulares. Seus reflexos na América Latina são sentidos. No Brasil, o bolsonarismo se constituiu como uma variante dessa tendência internacional.

As Conferências Regionais do POR são mais um passo no esforço da vanguarda com consciência de classe de entender e responder à crise de direção. Concretamente, a luta para organizar e elevar a consciência classista do proletariado começa em nosso próprio país, mas a solução da crise de direção é de ordem internacional. É o que se observa diante da guerra da Ucrânia e das difíceis tarefas que a vanguarda revolucionária tem pela frente nas condições de maior e mais avançada decomposição do capitalismo, que vem alastrando mundialmente a barbárie.

É imperativo, para a construção do partido marxista-leninista-trotskista, reconhecer, compreender e aprender com as tragédias e derrotas que se abateram sobre o proletariado mundial e que resultaram no mais grave retrocesso histórico. A liquidação da III Internacional pelo estalinismo, o desmoronamento da URSS pela contrarrevolução restauracionista e a dissolução da IV Internacional sob a política revisionista da direção centrista são marcos das derrotas e dos retrocessos. Tratam-se, porém, de acontecimentos no processo histórico, que, por mais que expressem um profundo retrocesso, não deixam de ser parte de uma etapa da luta do proletariado por sua emancipação e de toda a sociedade do jugo do capitalismo decadente, em decomposição e esgotado.

As Conferências do POR se realizam sob a bandeira de fim da guerra na Ucrânia, segundo as diretrizes do CERQUI, combate aos governos burgueses sob o programa da revolução e da estratégia da ditadura do proletariado, unidade da classe operária nacional e mundial sobre a base de um programa próprio, libertação das organizações sindicais do controle da burocracia pró-capitalista, defesa dos métodos da luta de classes e da democracia dos explorados, reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, e da luta pela revolução mundial sob o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa, da América Latina e do Mundo. Essa é a via de superação das derrotas do proletariado e pela recuperação do terreno perdido com a liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que concentrou toda a experiência da transição do capitalismo ao socialismo, e deste à sociedade comunista.

***Pelo fim da guerra na Ucrânia!***

***Pela organização independente da classe operária e dos demais explorados!***

***Pela unidade do proletariado em luta por seu programa próprio!***

***Sob essas bandeiras, trabalhemos pela revolução proletária!***

***O objetivo da construção do Partido Operário Revolucionário é o de superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!***

***Chamamos a vanguarda com consciência de classe a construir e a fortalecer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)***

***Viva as Conferências Regionais do Partido Operário Revolucionário!***

# Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)

## Em defesa do Partido Operário Revolucionário (POR)

*Às correntes que se reivindicam do socialismo e da revolução social*

É bem provável que tenham recebido ou tido a notícia de que houve uma cisão no POR. A autoproclamada Fração Guillermo Lora publicou um “Comunicado à militância e à vanguarda”, dizendo que “torna então pública e formal a (sua) expulsão (...) do Partido Operário Revolucionário”. Afirma que houve a “cassação na prática do direito estatutário de divergência” e que “condicionou a permanência da oposição a uma autocrítica que legitimasse a violação dos estatutos pela mesma direção”.

Não há um pingão de verdade nessas duas acusações. A direção do partido fez uma concessão à Fração de enviar um representante à Conferência Regional do Nordeste, onde não havia conseguido convencer nenhum camarada. Em forma de ultimato, a Fração pretendia enviar mais quatro – a Fração se constituiu de um reduzido número participantes. O Comitê Central (CC) não aceitou a oposição. Estabeleceu-se uma dura discussão interna, que consta em atas da direção, em que o CC mostrava estatutariamente sua posição. A resolução foi a de que apenas o primeiro nome da Fração, que se autoindicou a ir à Conferência Nordeste, estava autorizado. Quando se ia constituir a mesa da Conferência, chegaram três membros da Fração. Haviam desconhecido a resolução da direção, atitude essa que violava a disciplina partidária, como consta nos Estatutos. Os dois não autorizados foram expulsos pela Conferência.

A Conferência ainda fez a concessão de manter a presença do membro da Fração autorizado, que fez a exposição das posições da Fração. Esse membro, pertencente à Regional Norte do POR, assim que recebeu o informe de que o CC havia excluído os dois membros que o haviam acompanhado à Conferência, enviou uma nota de desligamento do partido, não em nome da Fração, mas em seu próprio nome. Passados alguns dias, a Fração se decidiu pela ruptura final. Enviou o “Comunicado à militância e à vanguarda”, se passando de vítima de perseguição e de expulsão arbitrária.

Ocorre que o CC, discutindo a violação da disciplina, tomando por base o informe da Conferência e a Ata da Coordenação Nordeste, que assinala a quebra do centralismo democrático, reconheceu a responsabilidade da Fração, que orientou o seu representante autorizado a intervir na Conferência a levar consigo os dois membros não autorizados, mas, mesmo assim, decidiu por limitar a exclusão apenas aos dois que tentaram resistir ao pedido da direção regional para que deixassem a Conferência. O CC também considerou que o representante autorizado, ao permanecer na Conferência e apresentar as posições da Fração, acabou se valendo da concessão. Esse fato levou o CC a não excluí-lo, mas sem deixar de demonstrar que se tratava de admitir que houve uma concessão da Conferência.

O CC em hipótese alguma condicionou a permanência da Fração com a condição de que realizasse uma autocrítica, como

consta em seu Comunicado de ruptura. Entendeu que a experiência com o processo de cisão movido pela Fração deveria ser esgotada de forma que não restasse dúvida alguma de sua posição liquidacionista. A Fração poderia ter permanecido, sem nenhuma exigência burocrática de autocrítica. O reingresso de seus dois membros excluídos dependia de uma severa autocrítica, quanto à indisciplina e violação do centralismo democrático. Ocorre que a Fração não poderia defendê-los, uma vez que era a responsável por tudo o que se passou.

A decisão de seu membro da Regional Norte de romper com o POR precipitou a posição da Fração de concluir a cisão, que já se encontrava em estado avançado. O embate já durava um ano. A divergência surgiu em torno à preparação do XVI Congresso do POR, realizado em 12 e 13 de fevereiro de 2022, sobre a formulação da tese 13 que afirma: “O desmoronamento da União Soviética, em 1991, representou uma vitória final do imperialismo sobre as mais avançadas conquistas históricas do proletariado russo e mundial”. Com a guerra da Ucrânia, a divergência tomou uma proporção internacional, que levou à realização do V Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV internacional (CERQUI), 10 e 11 de setembro de 2022. A resolução aprovada reconheceu que a restauração capitalista havia sido concluída e instaurado um Estado burguês na Rússia. A Fração apresentou uma resolução que afirmava a preservação do Estado Operário degenerado.

O problema não estava em divergir sobre até onde havia chegado a restauração, mas sim na acusação da Fração de que a maioria havia se colocado no campo do revisionismo antimarxista e de que havia renunciado ao programa da revolução política. Em seu mecanicismo, os opositores não admitiram o prognóstico de Trotsky de que, se o proletariado não derrubasse a burocracia estalinista e reconstituísse o sistema soviético, fatalmente as forças restauracionistas acabariam por se impor. O ponto alto do processo de restauração se manifestou com o desmoronamento da URSS, no final de 1991.

Não se trata de expor o desenvolvimento da divergência. A Resolução do V Congresso do CERQUI está publicada no livro “Guerra na Ucrânia. Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário”. A Fração agora está livre para publicar a sua Resolução, que obteve apenas o voto de seu único delegado. Isso para efeito externo, uma vez que os militantes poristas participaram intensamente em todo o percurso da dissensão e da preparação do V Congresso do CERQUI, desenvolvidas por meio de inúmeros Boletins Internos. O rechaço à acusação da Fração de que o POR e o CERQUI haviam realizado um revisionismo antimarxista foi completo, de forma que o isolamento da autoproclamada Fração Internacional resultou de sua própria artificiosa origem e existência.

O leitor lerá no seu Comunicado a acusação de que “boa

parte da militância revelou não ter assimilado minimamente os fundamentos programáticos que foram colocados abaixo pelo revisionismo burocrático, assumindo-o passivamente e, assim, provando não possuir as condições para a defesa desse programa junto às demais correntes políticas e às massas”. Nesse palavreado, está graficamente expressa a pretensa superioridade do pequeníssimo núcleo de intelectuais da Fração, que, do alto de seu pretenso domínio do programa e da teoria, julga depreciativamente a militância que rechaçou seus ataques faccionais à direção do POR do Brasil e da Bolívia. Ao contrário do que diz a Fração, as discussões internas na seção brasileira foram extraordinariamente complexas, apaixonadas e voltadas à compreensão necessária, para divisar as diferenças de formulações e de conduta político-organizativa.

A Fração foi se isolando na medida em que se evidenciava como falsa a sua proposição de que a militância tinha de decidir entre revisionistas e antirrevisionistas. Não demorou para clarear o terreno do conflito real, que consistia em conhecer as transformações pelas quais a Rússia passou no processo de derrocada e pós-derrocada da URSS, para se verificar se as premissas da revolução política ainda permaneciam ou se já se colocavam as da revolução social, como havia formulado Trotsky.

Houve uma grande elevação da compreensão da militância, se se considerar a profunda ignorância em que o POR e o CERQUI estavam quanto à evolução dos acontecimentos posteriores à quebra da URSS. Certamente, não nos referimos a uma homogeneidade da militância. Em ritmos diferentes, os poristas foram caminhando para a assimilação dos aspectos fundamentais da divergência, podendo separar o que era real do que era artificial no embate criado e alimentado pela Fração. Essa clareza permitiu à imensa maioria rejeitar e reagir aos ataques sem princípio à posição da direção do POR.

Os inúmeros Boletins Internos testemunham a mais ampla liberdade de discussão por meio dos organismos partidários. Tomado o percurso em seu conjunto, observamos que a Fração se valeu da ilimitada liberdade de publicação dos BI, para transformar o partido em clube de discussão, ao ponto de as células sentirem dificuldades de combinar as tarefas práticas do partido com as discussões em torno às divergências.

A tentativa da Fração de desmerecer o envolvimento e a capacidade de compreensão da maioria da militância se choca com a realidade interna vivida pelo partido durante mais de um ano de enfrentamento.

A acusação de que a direção se colocou por “calar os que se levantem contra o revisionismo e seus métodos” é vergonhosa e difamatória. Todos os organismos e toda a militância receberam os inúmeros Boletins Internos, escritos uns após os outros. Nossas forças para responder a tantos ataques seguidos se esgotavam, quando a Fração tinha todo o tempo livre para redigir a saraivada de Boletins. Mas, em nenhum momento a direção deixou de cumprir seu dever de publicar e responder. Eis por que é vergonhoso afirmar que procuramos “calar os que se levantem contra o revisionismo e seus métodos”.

Os métodos da Fração foram os do liquidacionismo: falsa caracterização de revisionismo, ruptura das relações organizativas, difamação e ataques sem princípios. Em seu comunicado, oculta precisamente a sua trajetória desintegradora do partido: realização de plenárias paralelas à estrutura partidária,

transmissão semipresencial via internet e ações desde fora dos organismos para atrair militantes para as reuniões da Fração.

A decisão de passar por cima da resolução da direção sobre a Conferência Regional do Nordeste foi consequência lógica de todas as concessões que a direção fez às transgressões organizativas levadas a cabo pela Fração. A exclusão de dois de seus membros, por sua vez, resultou da impossibilidade de a direção fazer uma concessão inadmissível em um partido leninista, centralista-democrático.

Por se tratar de uma experiência nova – nos seus 33 anos de existência, o POR nunca se viu diante de uma cisão fracional, embora tenham ocorrido duras divergências -, procuramos ser o mais flexível possível do ponto de vista organizativo, e o mais inflexível do ponto de vista do embate ideológico e programático. Admitimos que a Fração se reunisse por fora da estrutura partidária, assinalando que se tratava de uma concessão, como se encontra documentado em atas do CC.

Acusações levianas, como a de que as posições do POR e do CERQUI, diante da guerra da Ucrânia, os levou a “fazer bloco com a OTAN”, se encontram disseminadas nos Boletins Internos da Fração. As críticas incorretas à posição do POR, que levantou a bandeira de “Abaixo o Golpe”, diante do movimento golpista dos bolsonaristas, como se fosse capitulação diante do governo Lula, foram livremente discutidas por meio dos Boletins Internos.

Essa liberdade é garantida pelo direito de constituição de Fração. Os liquidacionistas puderam se valer desse direito sem nenhum obstáculo organizativo, tão somente tiveram de enfrentar as respostas à altura. Mas a Fração não tem o direito de violar a disciplina, ao ponto de desconhecer e desrespeitar a resolução do CC, que autorizava apenas um de seus representantes a comparecer na Conferência do Nordeste. A exclusão de dois dos violadores da disciplina partidária foi absolutamente necessária.

A decisão do militante da Regional Norte de romper com o partido, e, em seguida, o anúncio da Fração de que rompia com o partido indicam que do arranjo inicial do XVI Congresso do POR se chegou à gangrena no V Congresso do CERQUI. Parafraseamos o documento de Trotsky “De um arranjo, ao perigo de gangrena”, que por sua vez parafraseou Lênin, devido a traços de semelhanças com o que se passou com o fracionamento do SWP (Partido Socialista dos Trabalhadores) norte-americano.

Um dos traços de semelhança nos leva à seguinte transcrição: “É necessário limitar um pouco este ponto: aqui não está só representado o defeito pessoal de Shachtman, como também o destino de toda uma geração revolucionária que, devido a uma conjuntura especial de condições históricas, cresceu à margem do movimento operário. Tive a ocasião, mais do que uma vez, de falar e escrever, no passado, sobre o perigo de que esses valiosos camaradas se degenerassem, apesar de sua dedicação à revolução. O que nos seus dias foi uma inevitável característica da adolescência, transformou-se em debilidade. A debilidade convida à doença. Se há um descuido, a doença pode ser fatal. Para escapar a este perigo, é necessário abrir conscientemente um novo capítulo no desenvolvimento do partido. Os propagandistas e jornalistas da IV Internacional devem iniciar um novo capítulo em sua própria consciência. É necessário rearmar-se. É necessário fazer uma rotação sobre o próprio eixo:

voltar as costas aos intelectuais pequeno-burgueses e olhar para os operários”.

A cisão provocada pela autoproclamada Fração se passa nos marcos da profunda crise de direção mundial, que vivenciamos duramente no Brasil. Temos a vantagem de, nesses 33 anos de trabalho incessante por construir o Partido Operário Revolucionário (POR), a militância abnegada se ter armado do programa e aprimorado o funcionamento leninista da organização. E, no último período, conseguirmos voltar nossas forças para a tarefa de organizar o partido no seio do proletariado. A experiência expõe o profundo atraso político e organizativo da classe operária, o que dificulta e retarda a formação de células em seu interior. Ao mesmo tempo, porém, o POR tem conseguido aproximar-se dos problemas enfrentados pelos explorados, o que vem possibilitando alcançar um novo patamar de construção. O POR sofre com a cisão. Não temos dúvidas, porém, de que dessa dura experiência se levantará um POR mais forte, porque se torna ainda mais marxista-leninista-trotskista.

*Comitê Central do Partido Operário Revolucionário  
(26 de janeiro de 2023)*

## Balanço do Comitê Central sobre a ruptura da Fração com o Partido

O CC fez uma avaliação da ruptura da Fração e chegou às seguintes considerações:

1. A Fração partiu da falsa premissa de que o reconhecimento sobre a conclusão do processo de restauração capitalista na Rússia seria revisionismo antimarxista. Desconheceu o prognóstico de Trotsky de que, sem que a classe operária derrubasse a burocracia estalinista por meio da revolução política e recuperasse o Estado soviético, a contrarrevolução acabaria se impondo. Não foi capaz de analisar e compreender o significado histórico da liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cujas consequências mais profundas resultaram na interrupção do processo de transição do capitalismo ao socialismo, iniciado pela Revolução de Outubro de 1917 e no retardamento da revolução mundial.

2. A Fração tem suas raízes na falsa acusação de que o Secretário-Geral do POR, At., estaria fazendo uma revisão às ocultas. O que se expressaria na tese 13 da Resolução Internacional e depois nas Declarações do CERQUI. Segundo essa versão, a direção eleita no XVI Congresso estaria comprometida com uma posição antimarxista. A tarefa da Fração, portanto, seria destruí-la.

3. Nos marcos da preparação do V Congresso do CERQUI, a Fração acusou a sua direção de ter antecipadamente assumido o revisionismo e que, sendo assim, o resultado estaria comprometido. De forma que a Fração participou do Congresso com uma tese, mas a utilizando como uma simples manobra para denunciar que o Congresso não se realizou sob a égide do centralismo democrático. Sob esse entendimento deformado, colocou-se por não reconhecer e por combater a direção eleita.

4. Concluído o Congresso, a Fração não se disciplinou ao resultado. Procurou a todo momento reconstituir a discussão vencida pela decisão congressual. Impôs ao POR uma situação de conflito incessante, prejudicando as discussões e as tarefas práticas em uma situação de profunda crise política no Brasil. O que levou o CC a denunciar a atitude opositora da Fração de transformar a vida interna do partido em “clube de discussão”.

5. A Fração Internacional, que passou a utilizar a autoridade de Lora, valendo-se de seu nome, permaneceu isolada no âmbito da seção brasileira e do CERQUI. A caracterização de ter sido autoproclamada se mostrou correta. Ficou claro que a sua constituição não resultou das discussões amadurecidas nas células. Um pequeno contingente de descontentes, que se rodearam em torno de dois dirigentes (W e L), não seguiram o caminho de formação de uma verdadeira fração gestada no interior dos organismos partidários, tendo como base a organização celular. Depois do Congresso do CERQUI, a autoproclamada Fração Internacional se negou a percorrer o caminho da experiência crítica e autocrítica, que somente poderia ser realizada por meio das células, que receberam e amadureceram a compreensão com a discussão dos Boletins Internos, cujo excesso e repetição retórica passaram a ser um fator negativo para o funcionamento partidário.

6. O CC discutiu como travar a luta contra a Fração, seguindo os fundamentos do centralismo-democrático. Procurou assimilar as experiências do POR boliviano, do bolchevismo e da IV Internacional. Pela primeira vez, a organização se defrontava com uma ação fracionista, que poderia levar a uma cisão. Não há uma regulamentação ao direito de fração, a não ser um fundamento geral. Esse fundamento geral deveria ser seguido. Procuramos nos basear nas formulações de Lora, que consta no Partido e sua Organização. O CC assegurou a distribuição dos Boletins Internos da Fração e a livre discussão nos organismos partidários. Essa era a via para a fração convencer ou ser rechaçada desde as células, passando pelas coordenações e pelo CC, onde a Fração estava representada por L. A direção esteve convencida de que a experiência deveria ser realizada às últimas consequências, de maneira que a Fração se dissolvesse naturalmente ou fosse para a cisão. O Congresso a ser realizado em janeiro de 2024 seria o momento em que se realizaria a avaliação e se adotariam medidas. Essa foi a linha assumida pelo CC. Nesse mesmo sentido, o CC manteve a direção do CERQUI informada de todos os passos do conflito.

7. A Fração decidiu realizar plenárias à margem do funcionamento partidário. Pediu ao CC a autorização para usar a sede do partido. O que foi atendido, mas com a consideração de que se tratava de uma concessão, uma vez que seria uma atividade fracional, que se chocava com o funcionamento partidário e, portanto, com os Estatutos. Em seguida, a Fração passou a se utilizar da transmissão de sua reunião pelos canais virtuais. A Regional de Rondônia comunicou à direção o fato da Fração convidar à participação, não pela via interna, mas sim pela externa, à margem do conhecimento do CC. O CC tão somente assinalou a irregularidade e o seu caráter fracional. Tratava-se da mesma concessão, estendida ao uso da virtualidade. Nesse

mesmo processo, o CC recebeu a denúncia de que membros da Fração estariam intervindo de fora dos organismos para convidar individualmente membros da célula para as suas reuniões. O que foi confirmado pela célula da qual participava L, um membro da Fração e seu representante no CC. Na última reunião em que L renunciou ao CC, pois a Fração estava pela finalização da cisão, L declarou que não concordava com esse método de ligar para este ou aquele militante para atraí-lo. Evidentemente, a Fração havia estabelecido um funcionamento em separado do partido, de onde bombardeava incessantemente com Boletins Internos, ora dirigidos ao POR, ora ao CERQUI, de acordo com sua conveniência. Consciente e criticamente, o CC não tomou nenhuma medida organizativa ou punitiva para cercear a inorganicidade da Fração. Mas, sempre evidenciou para o conjunto do partido o que estava se passando. Essa trajetória está toda documentada nas Atas do CC.

8. Em nenhum momento a direção fez ameaça de exclusão da Fração, tendo claro que a experiência teria de ser realizada, ainda que se apresentasse claramente na forma do faccionalismo. A acusação de que o CC pretendeu ou ameaçou excluir G, da Regional Norte, por ter violado os Estatutos, ao acionar a Comissão de Controle, sendo ele um dos membros e parte interessada em destituir a direção, o que está expressamente proibido nos Estatutos, não corresponde à realidade. A reunião foi convocada por G às costas do CC e realizada não na sede do partido, mas em um Shopping Center, em uma clara forma conspirativa. Os demais membros rejeitaram a manobra da Fração e reconheceram o erro de terem aceitado realizar a reunião nessas condições. O CC demonstrou pelos Estatutos que a Comissão de Controle é autoconvocável, mas que sua convocação deve ser do conhecimento da direção e que os membros não podem ser parte interessada no assunto tratado. Apesar de bem clara a posição do CC de condenar a reunião nos termos estatutários, G insistiu que o CC pretendia interferir na convocação. O CC não fez senão admitir mais uma concessão à Fração, limitando-se a indicar que a violação da disciplina partidária por G era caso de exclusão. Se a direção não deixasse claro para o partido que se tratava de uma concessão, devido à experiência que o partido realizava com a Fração, estaria deixando de cumprir seu dever de proteger o funcionamento centralista-democrático do partido. Mesmo assim, a Fração insistiu que o CC ameaçou G de expulsão, falseando o acontecido e a resposta da direção para defender sua linha fracional. Esse episódio indicou que a Fração não mais estava por atuar nos marcos organizativos do partido centralista-democrático. Todo o embate em torno à Comissão de Controle também está documentado na Ata do CC.

9. Mas foi nos marcos da realização das Conferências Regionais que a Fração iria às últimas consequências em suas ações divisionistas do POR. O âmbito dessas Conferências, como o próprio nome indica, é o de avaliar a aplicação da linha política, realizar um balanço de atividades, evidenciar os novos problemas da luta de classes e estabelecer diretrizes para o desenvolvimento regional como parte da construção nacional do POR, na sua condição de seção do CERQUI. O Estatuto determina que se realize por delegação, seguindo o funcionamento geral do

Congresso e da Conferência Nacional. Ocorre que, devido ao caráter embrionário do POR, as Conferências anteriores, inicialmente limitadas ao Nordeste e ao Sudeste, eram realizadas por meio do voto universal. Ocorre que se tratava de uma licenciosidade diante da norma estatutária. Assim se procedia porque as Conferências Regionais funcionavam mais como uma instância de balanço, de formação política e de maior aproximação dos simpatizantes já organizados nas frentes de luta. O CC sempre incentivou a participação de militantes de uma regional na Conferência de outra regional. Também com o objetivo de ganhar experiência e incentivar o trabalho nacional. Para isso, o CC organizava a participação de forma centralizada. Com os embates da Fração, a situação interna mudou. Era esperado que procurasse se valer das Conferências como uma tribuna para levar adiante o seu faccionalismo. Essa previsão foi inclusive discutida na Coordenação SP com a presença da Fração. As Conferências, inevitavelmente, em seus balanços tratariam do conflito interno desenvolvido desde o XVI Congresso do POR passando pelo V Congresso do CERQUI. Deveriam, portanto, limitarem-se ao balanço. Mas a Fração estava por retomar e reproduzir as posições já votadas no V Congresso do CERQUI. Embora não constasse das Conferências o ponto sobre a situação internacional, a Fração enviou para o BI um texto repondo a discussão já vencida. O CC publicou o BI, mesmo sabendo que não constava do temário das Conferências. Ocorre que a Fração passou a atacar a decisão do CC de aplicar o Estatuto. Pretendia que as Conferências continuassem a funcionar com a informalidade anterior do voto universal. Essa contraposição da Fração à aplicação estatutária se deu no campo do faccionalismo, e não no do funcionamento partidário em que a forma de realização da Conferência segue o centralismo democrático. Ficou claro que a informalidade organizativa era favorável à ação da Fração contra a centralização político-organizativa sob a responsabilidade do CC. A eleição de delegados, que resulta na seleção dos militantes mais elevados politicamente pelas células, não favoreceria aos objetivos da Fração de fazer das Conferências uma tribuna de debate, típica da política que, para sobreviver, necessita tornar o partido em um clube de discussão. Se imperasse o ultimatismo da Fração, as Conferências se tornariam uma extensão dessa prática condenável de qualquer ponto de vista.

10. A Fração, como vimos, se proclamou Fração Internacional, limitando-se às divergências sobre a restauração capitalista na Rússia. Realizado o V Congresso do CERQUI, a discussão prosseguiu em torno à guerra na Ucrânia. O que era esperado. As divergências em torno à anexação de parte do território ucraniano requestraram o percurso anterior. Todos os Boletins Internos dirigidos ao CERQUI foram distribuídos e discutidos no POR. O jornal Massas desenvolveu sistematicamente a linha do CERQUI. No entanto, a Fração se viu diante de um problema. Não havia se implantado, de fato, como Fração Internacional. E não podia reivindicar a condição de Fração interna ao POR, quanto à divergência referida ao seu programa nacional. A solução foi a de montar divergências em torno à tática eleitoral e ao posicionamento diante das tendências golpistas da ultradireita e da fracassada tentativa de golpe. Mecanicamente, a Fração passou a acusar a direção de se submeter ao centrismo e ao reformismo petista. Para

os fracionistas, a bandeira de Abaixo o Golpe era um desvio programático do POR. A Fração, por meio de L, seu representante no CC, chegou às raias da difamação, acusando a direção de ter assinado o Manifesto do Comitê da Conlutas e se sujeitado ao centrismo porque não criticou a bandeira do PSTU de defesa do resultado das urnas. Nesse momento, a Fração procurava uma tábua de salvação, atacando a linha correta do POR diante das eleições polarizadas e da crise política que se agravou com a apertada vitória de Lula. O artificialismo existencial da Fração se fez inteiramente de corpo presente. Como sua existência praticamente se limitava ao Estado de São Paulo, preparou-se para a intervenção na Conferência do Sudeste. Na do Nordeste, não tinha presença alguma. E, na Norte, a célula da Fração havia se dissolvido desde novembro. Não poderia ter real expressão política, embora G tentasse passar de contrabando a formulação dos Estados Operários Degenerados, abarcando a Rússia no âmbito da China e Cuba, que como vimos não estavam em discussão nas Conferências. Essa forma sorradeira tão somente indicava a irresponsabilidade da Fração com a questão complexa da restauração. Enfim, qual então o problema que passou a agoniar a Fração? Justamente, o fato de não ter tido nenhuma penetração nas fileiras do POR na região do Nordeste. Como não se tornou Fração nacional – sua sobrevivência artificial estava presa à autoprocamação de Fração Internacional –, não podia exigir o direito de representação nas Conferências. E mesmo que fosse reconhecida como Fração nacional, seus representantes, como minoria, teriam de ter vida real nas Regionais. Tendo ciência de seu pequeno alcance e, portando, de sua fragilidade, a Fração procurou a via da manobra. Primeiro G, da Regional Norte, cuja célula já estava dissolvida, enviou um comunicado à direção de que pretendia ir à Conferência do Nordeste. O CC discutiu e autorizou na condição de membro da Fração. Tratava-se de mais uma concessão. Nem bem saiu a Ata do CC com a autorização, mais um membro da Fração, E, comunicou que também iria. O CC não autorizou. Em seguida, mais três membros da Fração comunicaram que compareceriam à Conferência do Nordeste. O CC negou, igualmente sobre a base da deliberação do comparecimento de G.

11. A Conferência do Nordeste iria iniciar pontualmente, quando adentraram G, Al e E. Tomada de surpresa, a direção regional suspendeu a formação da mesa diretora e exigiu a saída imediata dos dois membros da Fração não autorizados. A militante E reagiu, pondo-se de pé, e aos

gritos brandiu uma xerox dos Estatutos. Foi necessário que uma camarada, La, dirigente da regional se postasse de pé em frente a E e ordenasse que saíssem. Al se levantou e chamou E para que saíssem. G permaneceu mudo. A mesa foi constituída e se iniciou a Conferência. G, mesmo sendo responsável pela grave quebra de disciplina, pôde expor as posições da Fração.

12. A Ata da Conferência documentou o ocorrido. A Ata da direção regional, por sua vez, caracterizou a presença forçada de E e Al como quebra da resolução do CC e violação do centralismo-democrático. Todo esse percurso da discussão sobre a eleição de delegados até a provocação da Fração em comparecer clandestinamente na Conferência está documentado nas atas do CC em detalhes.

13. O CC, baseado nas referidas Atas, decidiu pela exclusão de E e Al. Não excluiu G, em consideração ao fato de a Conferência ter feito a concessão de mantê-lo presente e de ter participado do começo ao fim de seus trabalhos. Quanto à Fração – a responsável pelo ocorrido –, o CC avaliou que a experiência deveria ir até as últimas consequências. Embora estivesse claro que a Fração havia agido no sentido de uma cisão, cabia a ela arcar inteiramente com essa responsabilidade. Assim que o CC aprovou a resolução de exclusão de E e Al, L renunciou ao CC e G enviou um comunicado via zap à Regional Norte que rompia com o POR. A Fração aguardou mais alguns dias e, finalmente, decidiu por concluir a cisão, tornando-a pública com um Comunicado.

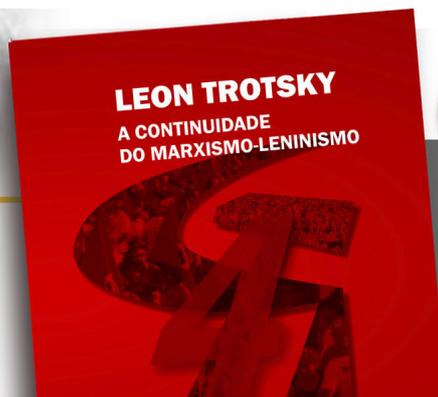
14. As etapas desse processo de cisão demonstram que a Fração havia chegado à conclusão de que não seria capaz de liquidar a direção eleita no XVI Congresso. A resistência da militância porista aos ataques constantes ao CC, que sempre respondeu com o método da crítica marxista e nos marcos do centralismo-democrático, cresceu, ao contrário do que esperava a Fração. Cresceu sobre a base da experiência, da aplicação da linha política nacional e internacional e da verificação prática de que a direção eleita no XVI Congresso jamais se afastou do programa da revolução proletária, da estratégia da ditadura do proletariado, dos métodos da ação direta, do internacionalismo marxista e da tarefa de superar a crise de direção, que implica fortalecer o POR no seio da classe operária e trabalhar disciplinadamente para que o CERQUI avance no objetivo histórico de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

**Publicado o livro:**

## **LEON TROTSKY** **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**



“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



**R\$ 35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**

Nesta edição:

**CERQUI:** Resposta do CERQUI à saída da Fração do POR Brasil

**Israel-Palestina:** Exército de Israel realiza novo massacre de palestinos na Cisjordânia

**Lênin:** 106 anos da Revolução de fevereiro de 1917, na Rússia

**Lênin:** A revolução na Rússia e as tarefas dos operários de todos os países  
Lênin: A guerra e a revolução

## Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



# Comunicado do CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional)

5 de fevereiro de 2023

Tomamos conhecimento de um “Comunicado à militância do POR e à vanguarda”, datado em 24 de janeiro, assinado pela “Fração G. Lora: Em Defesa do Programa”, do Brasil.

Anuncia que formaliza, com essa declaração, sua decisão de separar-se formalmente do partido.

Como justificativa da medida invoca o seguinte: “A Direção do POR (Brasil) decidiu excluir do partido dois militantes destacados da organização, alegando que descumpriram o centralismo democrático”, e que “isso significa o cancelamento prático do direito estatutário de divergência, aplicado à Fração G. Lora”. Afirmam que é uma “[...] manobra burocrática para excluir a oposição, que somente poderia permanecer no partido renunciando ao seu direito estatutário de divergência”.

A “Fração G.L – em defesa do programa torna pública e formal a expulsão que sofremos do POR, depois de um ano de luta político-programática[...]”. Caracteriza como “uma terrível burocratização do partido e ruptura sucessiva de seus estatutos, concluindo com o cancelamento do direito elementar do militante de travar divergências nos organismos partidários, concretizados na expulsão de militantes do partido ligados à Fração da Conferência Regional do Nordeste, em Fortaleza/CE, no dia 14 de janeiro”. “A expulsão desses militantes da Conferência com o cancelamento de seus direitos estatutários, expressa a expulsão política da Fração do partido em seu conjunto, por motivo de divergência política com a direção”. “[...] os estatutos são modificados na prática, sendo anulado qualquer restrição ou controle à ação da direção ou do secretário geral. Denunciam “covardia em debater francamente as divergências...”.

## Resposta do CERQUI

O CERQUI comunica que a totalidade dos documentos e boletins internos apresentados pela Fração G.Lora circularam em todos os organismos das seções, que integram o CERQUI com a maior celeridade possível (muitas vezes antes de serem traduzidos), para não demorar o conhecimento de sua existência. Desconhecemos que haja um único Boletim ou documento que não tenha sido distribuído. A direção do CERQUI recebeu em junho e nos primeiros dias de julho de 2022 boletins anunciando o chamado a constituir fração.

Os companheiros da fração participaram do V Congresso do CERQUI em setembro de 2022, e um deles foi delegado em nome da Fração, pelo Brasil. Todos tiveram o direito de intervir, desde o princípio até o fim, sem nenhum tipo de censura nem limitação. Puderam desenvolver completamente suas posições.

Houve um zelo das direções em garantir a democracia interna especialmente devido a que os companheiros reclamavam o direito de se constituir em fração. Rechaçamos qualquer dúvida ou suspeita sobre os métodos aplicados. O direito à divergência, ao dissenso, à luta política sempre foi garantido, ainda depois de discutido e votado no V Congresso. O direito de tendência e fração foi e é garantido em nossa organização. As votações não cancelam as diferenças, indicam até onde amadureceram.

Não há outra forma de processar a luta política em uma organização revolucionária que não seja através do debate escrito por meio dos boletins internos, o debate nos organismos do partido e nos Congressos e Conferências, respeitando o centralismo democrático, isto é: as decisões majoritárias dos congressos e as resoluções das direções eleitas.

A direção do CERQUI foi permanentemente informada das discussões e resoluções do Comitê Central do POR Brasil através de suas atas. Portanto, é FALSO que não se tenha garantido o direito à divergência. Toda a militância do CERQUI recebeu seus documentos. Houve plena liberdade para intervir no Congresso Internacional. É de uma grande irresponsabilidade falsificar esta realidade, que é uma conquista enorme de nossa organização, para nos atacar desde fora, contribuindo com os ataques dos centristas e revisionistas. É uma profunda ruptura com o conceito de partido que construímos, baseados nos fundamentos do bolchevismo.

O indicado em nível internacional vale para a Seção Brasileira. O direito de divergência foi garantido plenamente, através da publicação de todos os boletins internos, a intervenção no XVI Congresso de fevereiro de 2022 e a presença de um membro da Fração no Comitê Central. Nenhum militante desconhece as posições da Fração. É uma mentira vergonhosa afirmar que os “quiseram calar”. Deveriam trabalhar para avançar com as posições para o próximo Congresso do Brasil e do CERQUI, respeitando o centralismo democrático.

A Fração utiliza como justificativa, para considerar-se “expulsos de fato” a exclusão de dois militantes da Fração, que violaram a resolução do Comitê Central, fazendo-se presentes na Conferência de outra regional. O CC havia autorizado, com antecedência (11 de dezembro), um representante da Fração de participar dessa Conferência Regional, embora nenhum militante dessa regional tenha aderido à Fração. O representante da fração fez a exposição de suas posições.

**NÃO HOUVE NENHUMA EXPULSÃO DA FRAÇÃO, NEM DE FATO NEM DE DIREITO. NÃO HOUVE NENHUMA EXPULSÃO DA FRAÇÃO,** mas apenas a exclusão dos dois militantes que violaram a decisão do CC e, portanto, a disciplina partidária. A Fração decidiu se auto excluir por vontade própria, renunciando à luta política e à construção do partido revolucionário.

Se os companheiros consideravam que a decisão do CC não era correta, que era anti-estatutária, o que correspondia era acatar a decisão do CC e criticá-la mediante os boletins internos e nos organismos onde militam e no próximo Congresso. Um mês antes da Conferência mencionada, o CC ratificou que somente um camarada da Fração os representaria e que não autorizava a presença de outros militantes da Fração de outras regionais, que se apresentaram informalmente como membros das células.

A fração sabia que sua permanência no Partido não podia ser condicionada por alguma exigência de autocrítica. Isto também é uma falsificação da realidade.

Objetivamente, o ato de indisciplina evidente, que não podia deixar de ser sancionado, aparece como uma provocação, como uma manobra burocrática para colocar-se como vítimas de alguma discriminação e se auto excluir.

Quem sim deveria realizar uma autocrítica eram os dois militantes sancionados por indisciplina, se quisessem retornar à militância plena, por terem violado o centralismo democrático.

Portanto, é FALSO que não se tenha garantido o direito à divergência nessa Conferência.

O que devemos aprender desta ruptura, deste processo de divergência? Que toda a militância, em todas as instâncias, foi obrigada a estudar, a investigar, a pensar com sua própria cabeça, a entender o que se estava debatendo. Este é o mecanismo para fortalecer a Internacional que estamos construindo. Sempre haverá divergências acerca de numerosos temas, algumas vão se resolvendo pela experiência, outras perduram e os camaradas vão posicionando-se em diferentes tendências nacionais e internacionais, ainda que não se formalizem como tais.

A crise de direção revolucionária é tão extraordinária quanto a decomposição e bancarrota do capitalismo, que vamos enterrar por meio da revolução social. Por isso, devemos potenciar o trabalho do CERQUI como o caminho para reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

## Posição do Comitê Central POR da Argentina

A Seção Argentina do CERQUI confirma que todos os boletins internos da Fração G.Lora da Seção Brasileira foram divulgados para o seu debate em todos os organismos de nossa seção, garantindo assim o seu direito a divergência. Lamentamos que os camaradas tenham decidido romper com o partido que construímos, tornando públicas suas diferenças e renunciando de fato a recorrer à direção do CERQUI. O CERQUI e as seções nacionais que o compõem garantiram e continuarão garantin-

do a democracia interna, incluída a formação de tendência e frações, com a única condição de respeitar as decisões adotadas por maioria nos Congressos e direções. Este é o método que reivindicamos e do qual não nos apartamos para construir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

## Posição do Comitê Construtor do POR no Chile

*(Nota enviada ao secretário geral do POR-Brasil)*

Estimado camarada, não é motivo de surpresa que a autoproclamada Fração G.Lora tome o caminho dos trãsufugas, aqueles que só pisotearam o centralismo democrático com ações contrárias à ação revolucionária, que é de conspirar contra a direção, com claro propósito de causar danos. Não obteve resultado, porque a direção manteve por muito tempo a prudência e não tenha tomado medidas disciplinares contra atos típicos da pequena burguesia, que tanto dano causaram na história contra o partido operário revolucionário e o movimento operário. O Chile é um claro exemplo de manter-se em estado de prostração. Penso que o dano está feito e que é necessário continuar lutando para mitigar os efeitos, e que sejam de curta duração no tempo. Saudação fraterna a você e à militância brasileira.

## Guillermo Lora: sobre o centralismo democrático e as frações

A publicação abaixo foi extraída da Ata do Comitê Central do POR-Brasil, de 8 de janeiro, divulgada cerca de duas semanas antes da autoproclamada Fração, com o nome indevido de Guillermo Lora, ter rompido definitivamente com o POR. Essas formulações não serviram, portanto, para os fracionistas refletirem sobre os direitos e deveres de uma fração. A quebra do centralismo democrático, levada a cabo na Conferência Regional do Nordeste, evidenciou com absoluta clareza que não se dispuseram a superar a sua prática liquidacionista.

Eis a apresentação da Ata e a síntese extraída do livro “Partido e sua Organização”, de Guillermo Lora.

“Em função da difícil experiência por que passa o POR com a existência de uma Fração liquidacionista foram lidas e discutidas as formulações de Guillermo Lora, que se encontram no livro “O Partido e sua Organização”.

Apresentamos abaixo as passagens que avaliamos ser as mais importantes e que dizem diretamente a respeito ao direito de Fração, ao problema do fracionismo e do centralismo democrático. Organizamos na forma de pontos:

### 1) Em que consiste a democracia e o centralismo?

Um dos desvios mais frequentes do centralismo democrático consiste em colocar ou justificar a supremacia de um dos elementos (centralismo ou democracia) a custa de outro.

Os partidários do democratismo (hipertrofia da democracia e desconhecimento do centralismo, que é considerado antedemocrático) convertem o Partido em um clube de intermináveis discussões e onde ninguém está obrigado a nada. Esses militantes, que em nome da democracia violam a disciplina, são, pois, liquidacionistas. Os outros (isto é, os estalinistas) consideram que a única verdade é o centralismo e que a democracia não faz senão desvirtuá-lo. O centralismo democrático conclui por converter-se em centralismo burocrático. A vontade ilimitada

do dirigente não permite que ninguém discuta suas decisões ou põe em dúvida sua pretensa infalibilidade. A partir do momento em que se destrói a vida interna do Partido, se assenta a premissa do monolitismo organizativo.(...) O monolitismo não tolera as discussões porque as considera inúteis e marginaliza toda luta de fração.

2) A democracia interna não se limita somente à elaboração coletiva da linha política, mas também abarca o direito de divergência, tanto em referência às determinações da direção ou da tática adotada em determinadas circunstâncias (sempre dentro da estratégia programática), a divulgar suas ideias livremente no marco organizativo do Partido (nas células) e a constituir tendências ou frações em torno delas. É preciso repetir que a democracia (nela estão estabelecidos os direitos elementares da militância) é interna, se desenvolve e se garante dentro dos limites partidários (não deve extrapolar as células), caso se a projete ao exterior conclui atentando e destruindo o centralismo, isto é, desorganizando o Partido.

3) As ideias divergentes servem de base à discussão que se desenvolve por escrito e por meio dos boletins internos (seu nome já está indicando que seu conteúdo não deve sair ao exterior), ou então oralmente nas discussões dentro das células.

4) A discussão interna conclui com o voto sobre as questões em disputa nos organismos adequados. Uma vez votada a questão, se adota como linha oficial do partido a que conta com a aprovação majoritária. Isso não pressupõe que se cancele para sempre a discussão ou que os opositores tenham de abandonar suas ideias, importa unicamente que a minoria esteja subordinada à maioria no trabalho centralizado no exterior, onde o partido deve aparecer projetando uma só linha. Posteriormente, a minoria tem o direito de pedir que se confronte com os acontecimentos a linha oficial partidária.

5) Quando se abre uma discussão interna, se deve prestar muita atenção em adotar as medidas organizativas encaminhadas a garantir o trabalho centralizado no exterior, caso contrário, significaria que a discussão paralisa a verdadeira atividade partidária. Deve observar-se como norma invariável a disciplinada submissão da minoria à maioria, que representa o programa tradicional partidário, enquanto não se demonstre o contrário em uma reunião nacional.

6) Há uma questão que é preciso esclarecer devidamente. A discussão interna se desenvolve exclusivamente nos boletins internos e não no jornal central ou nas publicações destinadas ao exterior, isso para salvaguardar o centralismo, que obriga levar até as massas uma linha política unitária e não duas, o que praticamente resultaria em inútil toda atividade no seio da classe.(...) O centralismo supõe a subordinação da minoria à maioria, o que não quer dizer que esta perca seu direito de divergir. A carência do centralismo não permite ao POR cumprir

seu papel de vanguarda do proletariado. (...) A oposição tem de trabalhar no exterior sob o controle da direção, isso para que a linha partidária seja cumprida fiel e abnegadamente.

## As Frações

7) O Partido garante a existência de frações, ainda sabendo que constituem germes de cisão. (...) A partir do momento em que a discussão em torno das ideias fique aberta a todo o Partido, é obrigação das células pronunciarem-se acerca dos pontos em conflito, o que supõe que as organizações básicas devem obrigatoriamente estudar as divergências.

8) Todas as células estão submetidas à direção e controle dos organismos superiores. Se um organismo de base fechar suas portas à direção ou à discussão (...) das ideias opostas ou proclamar-se que reconhece unicamente a direção de sua fração, estaria dando um passo muito perigoso para a cisão. Assim como as frações têm garantias para sua existência e difusão de suas ideias, têm também obrigações que devem cumprir inevitavelmente, e elas se referem a acatar disciplinadamente as resoluções dos congressos, das reuniões nacionais, do Comitê Central, dos Comitês Regionais e das direções celulares (...), ainda que estejam em divergência com elas.

9) O centralismo democrático impõe limitações às frações: constituem uma minoria que rejeita a linha adotada pela maioria, caso contrário já seriam direção; claro que a fração tem o legítimo direito de aspirar a ser maioria e direção.

10) Por tudo que foi exposto, é evidente que os organismos de direção devem controlar a atividade dos grupos fracionais e conhecer os planos de sua atividade.

## A direção partidária

11) Esta síntese do partido reflete perfeitamente o nível alcançado pela organização, não podendo ignorar a existência de frações divergentes, é por isso que deve incorporar em seu seio representações necessariamente minoritárias, minoritárias ainda que tivessem muito peso numérico.

## Congresso Nacional

12) As direções têm direito a enviar suas delegações dentro das normas determinadas pelo Comitê Central; esta representação será, em todo os casos, minoritárias. As frações enviarão delegados por meio dos comitês regionais. Porque esse é o âmbito normal de sua atividade.

13) A discussão interna, que pode dividir a militância em frações opostas, cessa com a votação dos diversos problemas que foram submetidos no Congresso. Os acordos aprovados pelo voto majoritário se convertem em linha oficial partidária e devem ser rigorosamente aplicados na atuação exterior, incluindo à realizada pelas frações.

R\$
15



Lições da  
Comuna de Paris

Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Nova  
Coleção  
Editorial



**Adquira já  
com o  
distribuidor  
Massas  
R\$ 5,00**

**Combater o genocídio  
do povo palestino  
com o internacionalismo  
proletário**

2014

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Israel-Palestina

## Exército de Israel realiza novo massacre de palestinos na Cisjordânia

No dia 26 de janeiro, o exército israelense realizou mais uma incursão no território da Cisjordânia (Palestina), na cidade de Jenin, dessa vez executando 10 palestinos, além de vários outros feridos. Desde o início do ano, já são 30 palestinos assassinados. O governo ultradireitista de Netanyahu diz que esse tipo de operação se trata do combate a “grupos terroristas”. Na prática, trata-se da intensificação da política de anexação da Cisjordânia, que implica exterminar a resistência do povo palestino pelo Estado de Israel.

No norte da Cisjordânia, principalmente nas cidades de Jenin e Nablus, tem se fortalecido uma resistência por parte de grupos armados, como a Jihad Islâmica e o Lions’ Den, que chegam por vezes a entrar em conflito direto com os soldados israelenses. Tais organizações têm obtido um respaldo popular, diante do desgaste da Autoridade Palestina perante as massas. Durante as invasões, um setor da juventude chegou a organizar barricadas para se confrontar com o exército de Israel.

Esse fenômeno tem expressado a incapacidade da Autoridade Palestina de dar resposta à intensificação das invasões israelenses no território palestino, e ao mesmo tempo as tendências de radicalização das massas contra o Estado sionista. Na ausência de uma direção revolucionária, grupos armados que se utilizam do método do terrorismo individual conseguem se fortalecer como expressão deformada da resistência do povo palestino.

O massacre no norte da Cisjordânia levou a Autoridade Palestina a declarar que estava rompendo a cooperação com Israel em matéria de “segurança”. Em resposta ao massacre em Jenin, o Hamas lançou mísseis em direção à Israel, que foram interceptados. Em seguida, Israel bombardeou a Faixa de Gaza. No dia 27 de janeiro, um palestino realizou um atentado próximo a uma sinagoga em Jerusalém, matando 7 judeus. Nota-se, portanto, uma tendência de nova escalada no conflito.

A atual crise fez com que o Secretário de Estado do EUA, Antony Blinken, antecipasse sua viagem a Israel e Cisjordânia, para tentar reatar os laços de colaboração da Autoridade Palestina com o Estado de Israel. Em sua conversa com Netanyahu,

prestou solidariedade aos 7 judeus mortos no atentado na sinagoga, mas acobertou o massacre de 10 palestinos em Jenin. Na sua visita à Cisjordânia, na presença de Mahmoud Abbas, repetiu a velha fórmula dos “dois Estados”, que, na prática, é a manutenção da opressão nacional do povo palestino pelo Estado sionista. O tom pacifista de Blinken mal esconde o papel dos EUA na criação do Estado de Israel e na utilização deste como ponto estratégico para os seus objetivos imperialistas de dominação no Oriente Médio, região rica em petróleo.

O caráter ultradireitista do novo governo de Netanyahu, junto à tendência de esgotamento político da Autoridade Palestina, tem aberto uma nova etapa no intervencionismo do Estado de Israel e na radicalização da resistência palestina. É parte dessas tendências a proposta de reforma judicial do governo Netanyahu (ver página 33 do Massas 681), que deixaria mais livre o caminho do governo de ultradireita para avançar sobre o território palestino por meio de incursões militares e assentamentos.

Não é possível a libertação da nação palestina enquanto existir o Estado sionista. Somente a classe operária, por meio de sua estratégia revolucionária, é capaz de dirigir a maioria oprimida palestina e judaica para a destruição do Estado sionista de Israel, e a constituição de uma República Socialista da Palestina una e independente. A luta de libertação nacional do povo palestino é parte da luta anti-imperialista na região, pela constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

**LANÇAMENTO!**

**GUERRA NA  
UCRÂNIA**

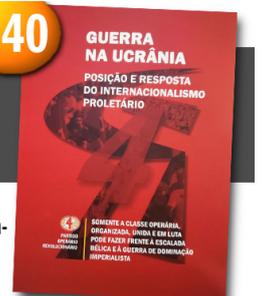
Posição e  
resposta do  
internacionalismo  
proletário

**R\$ 40**

**GUERRA  
NA UCRÂNIA**  
POSICÃO E RESPOSTA  
DO INTERNACIONALISMO  
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



# 106 anos da Revolução de Fevereiro de 1917, na Rússia

Abaixo publicamos um manuscrito de Lênin de 12 de março de 1917, que ficou inacabado. O valor desse documento está em que expõe momentos cruciais da Revolução burguesa de fevereiro de 1917. Foi dirigido aos operários, quando Lênin ainda se encontrava no exílio, na Suíça. Nesse mesmo momento, Lênin apresentou um informe, que foi lido na Casa do Povo de Zurique, em uma Conferência onde se encontravam operários suíços.

O informe leva o nome de “As Tarefas do POSDR na Revolução Russa”. Neste informe, Lênin evidencia sua compreensão sobre o caráter burguês da Revolução de Fevereiro, que aparece no fragmento abaixo transcrito “A revolução na Rússia e as tarefas dos operários de todos os países”. Mostra que o proletariado derrubou o regime feudal-czarista, exigindo “paz, pão e liberdade”, caminhava para a transformação da guerra imperialista em guerra civil. Indica, assim, “a contradição essencial desta revolução, que faz com que seja somente a primeira etapa da primeira revolução engendrada pela guerra imperialista”. Lênin estabelece no informe “As Tarefas do POSDR na Revolução Russa”: “1) o Soviete de deputados operários, como governo revolucionário, declara imediatamente que não está ligado por nenhum pacto do czarismo nem da burguesia; 2) publica, imediatamente, estes pactos de rapina; 3) oferece abertamente o armistício imediato a todos os beligerantes; 4) propõe como condição de paz a libertação de todas as colônias e de todos os povos oprimidos; 5) declara que não confia em nenhum dos governos burgueses, e chama os operários de to-

dos os países a derrubá-los; 6) declara que uma vez que as dívidas de guerra foram contraídas pela burguesia, devem ser pagas pelos capitalistas. Lênin conclui: “Essa é a política que atrairia a maioria de operários e camponeses pobres para o soviete de deputados operários. O confisco das terras dos latifundiários estaria assegurado. Isso não seria ainda o socialismo. Seria a vitória dos operários e camponeses pobres, que asseguraria a paz, o pão e a liberdade. Por tais condições de paz, nós também estaríamos dispostos a travar uma guerra revolucionária! Chama os presentes a dar um Viva a Revolução Russa! Viva a revolução operária mundial que começou!”. Acreditamos que com essas passagens, se completa o manuscrito inacabado “A revolução na Rússia e as tarefas dos operários de todos os países”.

Em meados de março de 1917, Lênin redige a “Carta de despedida aos operários suíços”. Assim, o maior arquiteto bolchevique da Revolução de Outubro de 1917 se dirige à Rússia para orientar o partido no sentido da transformação da revolução burguesa de fevereiro em revolução proletária. Esse processo se passou há 106 anos. A sua validade histórica se torna mais premente nas condições atuais em que triunfou a contrarrevolução restauracionista, que pôs abaixo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em dezembro de 1991. Nesse exato momento, recrudescer a guerra na Ucrânia, que inevitavelmente obriga a vanguarda revolucionária a recorrer às conquistas da Revolução Russa e aos seus fundamentos programáticos.

## A Revolução na Rússia e as tarefas dos operários de todos os países (Lênin, março de 1917)

Camaradas operários!

A previsão dos socialistas, que permaneceram fiéis ao socialismo e não sucumbiram à histeria brutal e selvagem da guerra, foi correta. A primeira revolução, engendrada pela guerra mundial de rapina entre os capitalistas de vários países, eclodiu. A guerra imperialista, isto é, a guerra pela partilha dos despojos entre os capitalistas, e pelo estrangulamento das nações débeis, começa a transformar-se em guerra civil, isto é, em guerra dos operários contra os capitalistas, em guerra dos trabalhadores e dos oprimidos contra os seus opressores, contra os czares e reis, contra latifundiários e capitalistas, em uma guerra pela completa libertação da humanidade das guerras, da miséria das massas, da opressão do homem sobre o homem!

Aos operários russos coube a honra e a sorte de serem os primeiros a começar a revolução, isto é, a única, justa e legítima grande guerra, a guerra dos oprimidos contra os opressores.

Os operários de Petersburgo derrubaram a monarquia dos czares. Lutando heroicamente contra a polícia e as tropas czaristas, os operários iniciaram a insurreição indefesos diante das metralhadoras, e conseguiram ganhar para a sua causa a maior parte dos soldados da guarnição de Petersburgo. O mesmo ocorreu em Moscou e nas outras cidades. Abandonado por suas tropas, o czar teve de se render: abdicou em seu nome e no de seu filho. Propôs entregar a coroa a seu irmão Miguel.

Devido à vertiginosa rapidez da revolução, do apoio direto

prestado aos capitalistas anglo-franceses, da insuficiência da consciência de classe da massa operária e popular de Petersburgo, devido à organização e preparação dos latifundiários e capitalistas russos, estes conseguiram apossar-se do poder. No novo governo russo, o “Governo provisório”, os postos mais importantes – a presidência do conselho e os ministérios do Interior e da Guerra – foram para as mãos de Lvov e Guchkov, isto é, para as mãos dos outubristas, que ajudaram com todas suas forças Nicolás, o Sanguinário, e Stolipin, o Verdugo, a estrangular a revolução de 1905, a fuzilar e enforcar os operários e os camponeses que lutavam pela terra e liberdade. Os cargos menos importantes foram atribuídos aos Kadetes; o das Relações Exteriores, a Miliukov, o da Instrução Pública, a Manuilov, o da agricultura, a Shingariov. E um posto insignificante, o do ministro da Justiça, foi atribuído ao verborrágico Trudovique Kerenski, cuja colaboração necessitam os capitalistas para calar o povo com vazias promessas e enganá-lo com frases retumbantes, para “reconciliá-lo” com o governo dos latifundiários e dos capitalistas, que, em aliança com os capitalistas da Inglaterra e França, querem continuar a guerra de rapina, uma guerra para a conquista da Armênia, Constantinopla e Galícia, uma guerra para permitir que os capitalistas ingleses e franceses possam ficar com o que roubaram dos capitalistas alemães (as colônias alemãs da África) e, ao mesmo tempo, recuperar os despojos dos quais se apoderaram os assaltantes capitalistas alemães (parte da França, Bélgica, Sérvia, Romênia etc.).

É evidente que os operários não podiam depositar sua confiança em semelhante governo. Os operários haviam derrubado a monarquia czarista lutando por paz, pão e liberdade. Eles compreenderam imediatamente por que os Guchkov, Miliukov e Cia conseguiam arrancar do povo trabalhador os frutos de sua vitória. Conseguiram porque os latifundiários e capitalistas russos estavam bem preparados e organizados, porque tinham a seu lado o poder do capital, a riqueza não só dos capitalistas russos, mas também dos ingleses e dos franceses, isto é, dos capitalistas mais ricos do mundo. Os operários compreenderam, imediatamente, que, para lutar pela paz, pão e liberdade, as classes trabalhadoras, os operários, soldados e camponeses, tinham de se organizar, estreitar suas fileiras, unir-se independentemente dos capitalistas, e contra eles.

Dessa maneira, e imediatamente depois de derrubar a monarquia czarista, os operários de Petersburgo criaram sua organização própria, o soviete de deputados operários, e, imediatamente, começaram a consolidar e desenvolver essa organização, a criar sovietes independentes, de deputados, soldados e camponeses. A poucos dias da revolução, o Soviete de deputados operários e soldados de Petersburgo contava já com mais de 1500 deputados operários e camponeses vestidos com uniforme de soldado. Esse soviete gozava de tal prestígio entre os ferroviários e toda população trabalhadora, que começou a se tornar um verdadeiro governo popular.

E até os amigos e protetores mais leais de Guchkov, Miliukov, os cães de guarda mais leais ao capitalismo de rapina anglo-francês, Robert Wilson, correspondente do jornal capitalista inglês mais rico, The Times, e Charles Rivet, correspondente do jornal capitalista francês mais rico, Le Temps; homens como esses, que cobriam o Soviete de deputados operários com os mais furiosos insultos, se viram forçados a admitir que na Rússia havia dois governos. Um, reconhecido por “todos” (na realidade, por todos os ricos), o governo dos latifundiários e capitalistas, o governo de Guchkov e Miliukov. E outro, reconhecido por “ninguém” (ninguém das classes ricas), o governo dos operários e camponeses: o Soviete de deputados operários e soldados de Petersburgo, que lutava para criar em toda a Rússia sovietes de deputados operários e sovietes de deputados camponeses.

Vejamos agora o que dizem e o que fazem os governos: 1) o que faz o governo dos latifundiários e capitalistas, o governo de Lvov- Guchkov e Miliukov?

Esse governo lança, à direita e esquerda, as promessas mais retumbantes. Promete ao povo russo a mais ampla liberdade. Promete convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, para fixar a forma do governo da Rússia. Kerenski e os dirigentes Kadetes afirmam ser partidários da república democrática. Os Guchkov e Miliukov são inimitáveis em gestos revolucionários teatrais. Sua máquina publicitária trabalha a todo vapor. Mas, quais são os fatos?

Enquanto prometia ao povo liberdades, o novo governo negociava, de fato, com a família do czar, com a dinastia, a restauração da monarquia. Oferecia a Miguel Romanov a regência, isto é, ocupar um lugar provisório de czar. A monarquia teria sido restaurada na Rússia se os Guchkov e Miliukov não tivessem sido contidos pelos trabalhadores, por aqueles que marcharam pelas ruas de Petersburgo sob as consignas “terra e liberdade!” e “morram os tiranos”, aqueles que junto aos destacamentos

de cavalaria se reuniram na praça diante da Duma levantando bandeiras: “viva a república socialista em todos os países”. Miguel Romanov, aliado dos Guchkov, Miliukov, compreendeu que nessa situação era mais prudente renunciar à regência e esperar que a Assembleia Constituinte o instalasse no trono, e a Rússia continuasse sendo, transitoriamente, uma república.

O governo deixou em liberdade o antigo czar. Mas os operários impuseram o seu encarceramento. O governo quis entregar Nicolás Nicoláievich Romanov ao alto comando do exército. Mas os operários impuseram a sua destituição. É inegável que os mais poderosos latifundiários, os Lvov e os Guchkov se entenderiam com um Romanov ou com outro poderoso latifundiário qualquer, se não existisse um Soviete de deputados operários e soldados.

O governo declarou, tanto em seu manifesto ao povo como no telegrama dirigido por Miliukov a todos os representantes da Rússia no estrangeiro, que se manteria fiel a todos os tratados internacionais assinados pela Rússia. Esses tratados foram acordados pelo czar destronado. O governo não se atreveu a torná-los públicos: 1) porque está atado de pés e mãos ao capital russo, inglês e francês; 2) porque teme o povo, que despedaçaria os Guchkov, Miliukov, se soubesse o que os capitalistas pretendiam sacrificar na guerra: outros cinco ou dez milhões de operários e camponeses russos para conquistar Constantinopla, estrangular a Galícia etc.

Que valor teriam todas as promessas de liberdade, se o povo não pode conhecer quais são os tratados do czar latifundiário, por meio dos quais os capitalistas queriam continuar derramando o sangue de mais e mais soldados?

Que valor teriam as promessas de todo tipo de liberdade e até de uma república democrática, para um povo ameaçado de fome, um povo que se pretende conduzir com os olhos fechados ao matadouro, para que os capitalistas russos, ingleses e franceses possam saquear os capitalistas alemães?

Ao mesmo tempo, o governo dos Guchkov, Miliukov reprime abertamente com violência todas as tentativas dos operários russos para chegar a um entendimento com seus irmãos, os operários e outros países: o governo não deixa sair da Rússia o jornal Pravda, que se publica de novo em Petersburgo desde da Revolução, nem o manifesto lançado em Petersburgo pelo Comitê Central de nosso partido, o Partido Operário Social Democrata da Rússia, nem as declarações do deputado Chjeídze e seu grupo.

Operários e camponeses! Podem ficar tranquilos: prometeram a vocês liberdade... liberdade para os mortos, para os que morreram de fome, para os massacrados na guerra!

O novo governo em nenhum de seus programas diz nenhuma palavra acerca de terra aos camponeses, ou de aumento dos salários. Até hoje, não marcou a data para a convocação da Assembleia Constituinte. Não convocou as eleições para a Duma municipal de Petersburgo. A milícia popular foi colocada sob a autoridade dos Zemstvos e dos organismos urbanos autônomos eleitos somente pelos capitalistas e latifundiários mais ricos, conforme a lei de Stolipin. Os governadores são eleitos entre os latifundiários. E isso é “liberdade”!

2) O que fará os governos dos operários e camponeses, e o que deve fazer?

*(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXIV, página 390, Akal Editor)*

## Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**